UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARIA ALANA SANTANA REIS

A HISTÓRIA DA AÇÃO POPULAR (AP) NAS MEMÓRIAS DE JOAO BOSCO ROLEMBERG CÔRTES E ANA MARIA SANTOS ROLEMBERG CÔRTES

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2021

MARIA ALANA SANTANA REIS

A HISTÓRIA DA AÇÃO POPULAR (AP) NAS MEMÓRIAS DE JOAO BOSCO ROLEMBERG CÔRTES E ANA MARIA SANTOS ROLEMBERG CÔRTES

Monografia apresentada à disciplina Prática de Pesquisa, do curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2021

SUMARIO

INTRODUÇÃO 4

CAPÍTULO 1: As comissões de verdade e a justiça de transição à democracia 7

1.1. Comissões de verdade na América Latina.....9

1.2. A comissão no Brasil 15

CAPÍTULO 2: A Comissão da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" 22

2.1. Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo.....26

2.2. Conclusões e Recomendações 29

2.3. Considerações Finais sobre o Relatório Final 31

CAPÍTULO 3: A história da Ação Popular (AP) nas Memórias de Bosco Rolemberg e Ana Cortês 34

3.1. O ideal cristão, a JUC e a JEC.....34

3.2. O Socialismo humanista, o Foquismo e o Maoísmo 36

3.3. A Ação Popular em Sergipe 40

3.4. As memórias de Bosco Rolemberg Côrtes e Ana Rolemberg Côrtes 42

3.4.1. A Universidade Federal de Sergipe.....43

3.4.2. A Integração na Produção 44

3.4.3. O Sequestro, a prisão e as Torturas 46

CONCLUSÃO.....50

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS 52

INTRODUÇÃO

A ditadura militar no Brasil foi um período de forte censura, perseguições políticas e graves violações dos direitos humanos, cuja duração de quase vinte e um anos, iniciado, em 31 de março 1964, quando o presidente democraticamente eleito João Goulart foi retirado do cargo da presidência pelos militares, através de um golpe de estado e se encerrou com a eleição de Tancredo Neves para o presidente em 1985.

O golpe foi interpretado pelos militares e aliados civis como uma revolução, sendo justificado pela suposta ameaça comunista no Brasil. A partir de então, o Brasil passou a ser dirigido por atos institucionais, que intensificaram a centralidade do poder e o grau de violência e repressão. O recrudescimento das perseguições e da repressão, promovido pelo Estado de exceção, se deu, principalmente, com o decreto do Ato Institucional Nº 5, de 1968, e com a Lei de Segurança Nacional, de 1969.

Dos setores contrários à ditadura militar em Sergipe, iremos destacar a ala progressista da Igreja Católica, e seus setores leigos, e o movimento estudantil, para compreender a criação da Ação Popular (AP). Fundada em 1962, essa organização teve origem na ala intelectual da Juventude Universitária Católica (JUC), alicerçada em fundamentos doutrinários e filosóficos de ordem espiritual e cristã, e que se aproximava das ideias marxistas, com a proposta de implantação de um governo revolucionário por meio da luta armada. Após o golpe de 1964, a organização estruturou-se, clandestinamente, em todo território nacional.

O período autocrático no Brasil durou 21 anos, e a transição, que ficou conhecida como a nova República, também foi marcada por grande controle exercido pelos militares. A abertura lenta gradual e segura, anunciada por Ernesto Geisel, foi o gesto para direcionar a redemocratização, a partir de 1974. O fim da ditadura foi marcado grande apoio popular aos militantes e uma intensa luta dos presos políticos e seus familiares pela anistia ampla, geral e irrestrita.

No entanto, em 28 de agosto de 1979, a lei da anistia foi sancionada e os crimes políticos cometidos 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 foram perdoados, perdoando-se os crimes cometidos pelos militares contra aqueles que eram opositores ao regime. A lei não contemplou aqueles que foram condenados pelo crime de terrorismo,

assalto, sequestro e atentado. A lei da Anistia contribuiu para o esquecimento do período de repressão.

No âmbito das leis internacionais, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu a justiça transicional como o conjunto de processos e mecanismos relacionados com os esforços de uma sociedade para superar um legado de graves violações de direitos humanos cometidos em larga escala no passado, a fim de assegurar responsabilização, administração da justiça e reconciliação.

Em sentido parecido, a organização não governamental Centro Internacional para a Justiça Transicional (GONZÀLEZ, 2012) afirma que justiça transicional é "o conjunto de medidas judiciais e não judiciais que têm sido implementadas por diferentes países para reparar um legado de massivos abusos aos direitos humanos. "

O objetivo central do processo de Justiça de Transição é o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, com o desenvolvimento de garantias para que não se repitam violações, em massa, aos direitos humanos. Para alcançar esses objetivos, foram concebidas diversas estratégias judiciais e não judiciais.

Em geral, essas medidas se desenvolvem nos campos da promoção da justiça, revelação da verdade, reparação das vítimas, preservação e divulgação da memória e implementação de reformas institucionais. As Comissões da Verdade são uma das medidas para efetuar o enfretamento do passado ditatorial, são organismos oficiais temporários, criados para investigar abusos de direitos humanos cometidos pelo Estado, ou por grupos envolvidos em conflitos armados, ao longo de um determinado período no passado.

No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade foi criada após uma luta intensa dos ex-militantes políticos e familiares das vítimas da repressão, sendo importante para a fundação de várias comissões Municipais, estaduais e Setoriais. Em Sergipe, a Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" foi concebida de modo tardio, e enfrentou vários problemas para a realização de suas atividades. Sua orientação fundamental foi "o direito à memória e à verdade histórica". As atividades das comissões foram efetuadas através de pesquisas e a coleta de depoimentos, por meio de audiência pública ou privada. A memória dos depoentes foi uma das fontes utilizadas para a pesquisa do período, possibilitando assim a construção da memória coletiva.

Essa monografia tem como objetivo analisar o cenário da justiça de transição na América Latina e no Brasil, tendo como principal foco as comissões da verdade. A partir do seu relatório final, a reconstrução da Ação Popular em Sergipe, desde sua origem até sua dissolução, utilizaremos os depoimentos concedidos pelos ex-militantes Ana Cortês Rolemberg e Bosco Rolemberg e divulgados no canal do YouTube da Comissão Estadual da Verdade (SE). No primeiro capítulo será analisado a Comissão Nacional da Verdade, desde sua criação até o seu relatório final. No capítulo II, o tópico e a Comissão da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo", iremos examinar como se deu a criação da Comissão do estado de Sergipe, e fazer uma análise do seu relatório final. No capítulo III, será abordado a história da Ação Popular, e utilizar os depoimentos concedidos a Comissão da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo", pelos militantes Bosco Rolemberg Côrtes e Ana Rolemberg Côrtes, e que estão disponíveis no canal do youtube da comissão para refletir sobre a AP em Sergipe.

CAPÍTULO 1: As comissões de verdade e a justiça de transição à democracia

As comissões de verdade são mecanismos de apuração de abusos e violações dos direitos humanos, ocorridos em períodos ditatoriais, como uma das ações da justiça de transição. Esse conceito surgiu o final da década de 1980 início de 1990 como principal resposta as mudanças políticas que ocorreram na América Latina e no Leste europeu, com o intuito reconhecer o direito das vítimas, promover a paz, facilitar a reconciliação e garantir o fortalecimento da democracia. Esses objetivos podem ser divididos em quatro dimensões políticas: promoção da reparação às vítimas; fortalecimento da verdade e construção da memória; regularização das funções da justiça e restabelecimento da igualdade e por fim reforma das instituições.

Em 1998, essa área conquistou um importante fundamento no direito Internacional, com a decisão da Corte Internacional dos Direitos Humanos sobre o caso Velásquez X Honduras, tornando-se um grande modelo a ser seguido. Na sentença, publicada em 29 de julho 1988, a Corte asseverou que o desaparecimento forçado de seres humanos é uma violação múltipla e contínua de direitos constantes da Convenção, sendo que os Estados-partes, como consequência dessa obrigação, devem prevenir, investigar e punir qualquer violação de direitos consagrados na Convenção, além de buscar a reparação dos direitos violados (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1988).

Mais de duas dezenas de comissões de verdade têm sido estabelecidas desde 1974, muitas delas com nomes diferentes como Comissão sobre Desaparecidos, na Argentina, Uganda e Sri Lanka; Comissão de Verdade e Justiça, no Haiti e Equador; Comissão de Esclarecimento Histórico, na Guatemala e Comissão de Verdade e Reconciliação, na África do Sul, Chile e Peru.

Apesar de diferentes em muitos aspectos, todas têm seguido o mesmo objetivo de não permitir que a amnésia política e social afete o futuro da democratização:

> Por meio de depoimentos de testemunhas, declarações de perpetradores, investigações e pesquisas em documentos públicos e privados, as comissões de verdade buscam estabelecer um amplo cenário dos acontecimentos ocorridos durante o período de repressão política ou guerra civil, esclarecendo eventos obscuros e permitindo que o amplo debate varra da sociedade o silêncio e a negação das dores do período da história a que diz respeito. (CANABARRO, 2014, p. 219).

Assim sendo, as comissões têm, em sua maioria, um aspecto consultivo-explicativo, que dispensa qualquer tipo de fragmento legal ou de julgamento. Apesar dessa conjuntura impossibilitar que as comissões tenham alçada para punir os perpetradores, a sua importância não se faz menor. Inclusive, os relatórios das comissões de verdade (CV) já foram usados em vários países como instrumento do judiciário.

No entanto, o principal objetivo, para as CV, é recuperar a memória e construir a verdade, garantir a compreensão dos eventos numa dimensão mais ampla pela sociedade, realizando assim o resgate da história.

Assim,

> A reprovação moral dos crimes passados, feita de forma difundida e oficial, influencia na formação da identidade de uma sociedade e na seleção de suas memórias. Tanto a memória quanto o esquecimento podem ser instrumentos de dominação, por isso a comissão de verdade tem um papel importante na medida em que oferece a oportunidade para que a vítima exponha sua versão dos fatos e sua ofensa. (PINTO, 2010, p. 132).

Essa metamorfose sobre a memória se iniciou com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando as memórias ganham destaque nas ciências sociais. Andreas Huyssen (2000) classifica a emergência da memória como um fenômeno contemporâneo e ocidental, motivada pela transferência do conhecimento e percepção do tempo na cultura modernista. Esse novo olhar a memória trouxe à tona novos sujeitos.

Esses novos discursos de memória foram estimulados pelo amplo debate sobre o holocausto, transformando o maior genocídio do século XX em figura de linguagem universal, capaz de propiciar compreensão sobre acontecimentos históricos e políticos distintos. Como afirma o estudioso,

> Assim como a historiografia perdeu sua antiga confiança em narrativas teleológicas-magistrais e tornou-se mais céticas quanto ao uso de marcos de referência nacionais para o desenvolvimento do seu conteúdo, as atuais culturas críticas da memória, com sua ênfase nos direitos humanos, em questões de minorias e gêneros e na reavaliação dos vários passados nacionais e internacionais, percorrem um longo caminho para proporcionar um impulso favorável que ajude a escrever a história de um modo novo e, portanto, para garantir um futuro de memória. (HUYSSEN, 2000, p.34).

Outro estudioso importante sobre o assunto é Walter Benjamin, por ser "(...) um crítico revolucionário da filosofia do progresso, um adversário Marxista do

"progressismo", um nostálgico do passado que sonha com o futuro" (LÖWY, 2002, p. 199).

Desse modo,

> A formulação mais espantosa e radical da nova filosofia da história – marxista e messiânica – de Walter Benjamin se encontra, indubitavelmente, nas *Thèses sur le concept d'Histoire*, de 1940, um dos documentos mais importantes do pensamento revolucionário desde as *Teses sobre Feuerbach*, de 1845.
> A exigência fundamental de Benjamin é escrever a história a contrapelo, ou seja, *do ponto de vista dos vencidos* – contra a tradição conformista do historicismo alemão cujos partidários entram sempre "em empatia com o vencedor". (LÖWY, 2002, p. 203).

1.1. Comissões de verdade na América Latina

Com base nessas reflexões, dissertamos sobre como a América Latina pagou um alto preço pelas consequências da Guerra Fria, pois essa disputa ideológica dos blocos dominantes pelo território sul-americano, resultou na implantação de governos militares, que efetuavam um período de intensa repressão política. Algumas marcadas por extrema brutalidade, com altos índices de assassinato e execuções sumárias. Outras, não menos brutais, firmaram-se sobre o terror das prisões e das torturas, sem números tão altos de mortos.

Por conseguinte, a justiça de transição foi realizada em níveis diferentes por cada país, mesmo que, no Cone Sul, haja uma tradição de impunidade e esquecimento. Resultante desses aspectos heterogêneos, as comissões de verdade nessa região também apresentavam distintas características: o período, números de membros, orçamento, autonomia, capacidade de punir, suporte governamental, entre outros.

Nesse sentido, o caso da América Latina é um importante exemplo de como reconhecimento e responsabilização podem ser difíceis de serem efetuadas. Assim, faremos um breve resumo das comissões instaladas na região.

Bolívia

Criada dias depois do retorno da democracia em outubro de 1982, sendo a primeira CV do Cone Sul, composta por oito membros que foram escolhidos para representar as várias parcelas da sociedade. A comissão coletou testemunhos sobre 155 casos de desaparecimentos que ocorreram entre 1967 e 1982. A comissão se dissolveu depois de

três anos sem apresentar um relatório, pois houve um deficiente apoio financeiro e político por parte do governo (PINTO, 2010).

Apesar disso, como uma resposta direta as graves violações dos direitos humanos e efetuado a continuidade dos pilares da justiça de transição, ocorreu o julgamento do ex-ditador boliviano, Luís Garcia Meza Tejada, e de 55 de seus ex-associados.

> On April 21, 1993, the Bolivian Supreme Court pronounced its verdict in the trial of former military dictator General Luis GarcÌa Meza Tejada and his collaborators. The judgment brought to a conclusion proceeding which began with a congressional indictment in February 1986, under the procedure known as a Trial of Responsibilities. García Meza was convicted on 36 charges (including sedition, armed insurrection, organizing armed groups, murder, and fraud) and sentenced to a total of 234 years imprisonment, although he would serve no more than the maximum penalty in Bolivian law of 30 years without a right to pardon. Forty-seven of his collaborators were also convicted and sentenced to prison terms ranging from one to 30 years. Six were acquitted. (HUMAN RIGHTS WATCH, 1993, p. 2)

Assim,

> The veridict is a historic achievement for a country long afflicted by despotic governments and is a tribute to the many lawyers, human rights activists, politicians, and ordinary Bolivians whose conviction and perseverance made it possible (HUMAN RIGHTS WATCH, 1993, p. 2).

Argentina

A Comissão Nacional de Desaparecidos da Argentina é considerada um exemplo para outras nações que buscam o direito à verdade, memória e justiça, numa transição democrática difícil. Os dez membros foram nomeados pelo presidente Raúl Alfonsín. Ao fim do trabalho foi apresentado da TV Argentina uma súmula dos testemunhos. A comissão documentou casos de cerca de 9 mil desaparecidos, e o relatório intitulado *Nunca Más*, tornou-se um dos livros mais lidos do país.

Segundo um estudioso do assunto,

> Ainda no governo de Alfonsín devido à pressão realizadas pelos militares foram aprovadas leis de anistia, no entanto essas foram rechaçadas pela sociedade civil, e posteriormente inválidas no legislativo e judiciário. Essa resolução criou um caminho inovador no campo dos direitos humanos, o protagonismo dos movimentos sociais. Os movimentos sociais na Argentina tiveram como base as fontes do direito internacional. Os crimes lesa-humanidade jamais seriam prescritíveis" (FERNANDES, 2010).

Uruguai

Em 1985, foi criada a Comissão de Investigação da Situação das Pessoas Desaparecidas e suas Causas, cujo período de trabalho foi de sete meses. Ao fim desse período, o relatório foi entregue ao governo, porém não foi distribuído e foi muito pouco conhecido pela sociedade. No relatório foram expostos 164 casos de desaparecimento com o envolvimento das forças de segurança. Prisões ilegais e torturas não foram investigados. A Comisión Investigadora sobre el Secuestro y Asesinato Perpetrados contra los ex Legisladores Héctor Gutiérrez Ruiz y Zelmar Michelini, também foi criada e assim como a junta anterior, não conseguiu contribuir de forma significativa na investigação dos crimes lesa-humanidade.

> Um terceiro esforço, dedicado à memória e à verdade, foi o relatório Uruguay nunca más, publicado pelo Servicio de Paz y Justicia (Serpaj)130 em dezembro de 1989, que registrou as violações aos direitos humanos ocorridas no país entre 1972 e 1985. O relatório não se limitou aos casos de desaparecimentos forçados, mas abarcou também um registro de todas as violações que ocorreram durante o regime autoritário. Para desenvolver esse trabalho, foram ouvidas centenas de pessoas que sofreram prisão política e tortura durante a ditadura. (CARVALHO; GUIMARÃES; GUERRA, 2015, p. 167)

Chile

A Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação foi criada em 1990, pelo presidente Patrício Aylwin, para investigar os excessos que tiveram como consequência morte ou desaparecimento nos dezessete anos de governo militar. O período de trabalho durou nove meses e investigou 3.400 casos. O relatório foi publicado e várias das recomeçados sugeridas foram colocadas em prática. O maior benefício alcançado com a

comissão foi o reconhecimento pelo estado da violência utilizada pela repressão política e o pedido de desculpas oficial as vítimas e seus familiares.

> Diante disso, o que o governo Patrício Aylwin (primeiro presidente do Chile após Pinochet) fez foi tentar atuar no judiciário para criar as condições necessárias para os processos criminais contra ex-agentes da ditadura. Dados de 2016 apontam que, até então, já foram abertos processos criminais contra mais de um mil ex-agentes da ditadura, com mais de 600 processados, e 300 com alguma sentença. Desses, 126 cumprem pena em regime fechado (CARVALHO; GUIMARÃES; GUERRA, 2016).

Conforme SOUZA (2017, p.12),

> O Chile é um bom exemplo de que as políticas de transição se configuram como um processo em permanente construção e conflito. Nesse país parece ter ocorrido uma associação entre políticas de reparação judicial, de esquecimento e de perdão implícito.

El Salvador

A CV surgiu de um acordo de paz assinados pelos envolvidos na guerra civil, o governo salvadorenho, a Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí (FLNFM), sendo essa resolução intermediada pela ONU, em abril de 1991. A comissão deveria investigar os atos de violência cometidos desde 1980, tendo os membros indicados pelo secretário-geral da ONU com a aprovação dos envolvidos no acordo.

O primeiro relatório da Comissão de Verdade de El Salvador atribuiu ao governo 12 casos de execuções extrajudiciais, três desaparecimentos forçados, três massacres feitos pelas forças armadas e quatro casos de assassinatos feitos pelo *esquadrão da morte*. A partir dessas conclusões, o relatório recomendava a dispensa de todos os militares e civis nomeados no relatório; a resignação de todos os membros da Suprema Corte; a investigação dos grupos armados privados (esquadrões da morte); uma nova legislação para garantir o devido processo legal e outras medidas de caráter estrutural (JOHNSTONE, 1995, p. 43-44).

A reação do governo ao relatório foi bastante negativa. O Presidente de El Salvador, Alfredo Cristiani, acusou a comissão de exceder sua autoridade e afirmou que o relatório não respondia aos desejos da maioria dos salvadorenhos, que buscava perdoar

e esquecer o que havia acontecido no passado. Os militares também responderam ao relatório, alegando que a comissão havia ultrapassado seu mandato, agindo de forma ilegal. Após cinco dias da publicação do relatório, uma anistia geral foi aprovada. O impacto que se pretendia causar com este relatório, que deveria provocar o debate na sociedade e a punição dos responsáveis como pressupostos da reconciliação, não foi alcançado pela falta de convergência entre as pretensões da ONU e os interesses de diversos setores do governo salvadorenho.

> Tendo em vista a omissão do Estado em relação aos trabalhos da Comissão da Verdade, em 2009, por ocasião do 20º aniversário do massacre dos jesuítas, foi inaugurado o Tribunal de Justiça Restaurativa, uma iniciativa do Instituto de Derechos Humanos de la UCA (Idhuca) e da Coordinadora Nacional de Comités de Víctimas de Violaciones de los Derechos Humanos en el Conflicto Armado (Conacovic). Trata-se de mecanismo complementar ou alternativo, dada sua natureza não estatal, que se realiza com a participação ativa das vítimas e das comunidades e que, por meio do arrependimento, da admissão da culpa e da reparação às vítimas, tem por objetivo restaurar as relações entre as pessoas ofendidas e seus ofensores (CARVALHO; GUIMARÃES; GUERRA, 2015, p. 108).

Honduras

Em 1992, o presidente Callejas criou uma espécie de *ombudsman*, sendo escolhido pela Comissão de Reconciliação Nacional Leo Valladares, que investigou os casos de desaparecimentos com indícios de participação do estado e forças armadas no período de 1980 a 1993. O comissionado detectou 179 casos de desaparecimentos causados pelas forças armadas.

Guatemala

A exemplo de El Salvador a comissão foi criada em um momento de acordo de paz entre governo da Guatemala e o movimento guerrilheiro União Revolucionária Nacional Gualtemateca. A Comissão iniciou seus trabalhos em 7 de fevereiro de 1997 e, em 25 de fevereiro de 1999, entregou o seu relatório. O relatório final foi entregue pela comissão numa cerimônia pública e emocionante e registrou mais de 42 mil vítimas, sendo mais de 23 mil assassinatos, 6 mil desaparecimentos e 626 massacres.

> Em 2003, no governo do presidente Alfonso Portillo, foi criado o Programa Nacional de Ressarcimento (PNR), que integra ações de fortalecimento do processo de paz e conciliação da sociedade guatemalteca em cumprimento à recomendação da Comissão de Esclarecimento. Foram previstas medidas de dignificação de vítimas, ressarcimento cultural, reparação e reabilitação psicossocial, restituição material e ressarcimento econômico. Em seu ano de inauguração, 24.486 solicitações de compensação foram realizadas e, entre dezembro de 2005 e junho de 2006, cerca de 633 pessoas foram beneficiadas (Vítimas..., 2006). Um acordo governamental de 2013 determinava previsão de demandas do programa no projeto orçamentário de 2014. No entanto, elas acabaram não sendo incorporadas, deixando as reparações em segundo plano. (CARVALHO; GUIMARÃES; GUERRA, 2015, p. 121)

No campo das reformas institucionais, foi criada, em 2007, a Comisión Internacional contra La Impunidade en Guatemala (CICIG). Embora tivesse o objetivo de investigar o crime organizado e as organizações armadas ilegais, a comissão ampliou seu escopo de atuação e impulsionou reformas que vieram a fortalecer o sistema jurídico da Guatemala. No artigo do documento legal de sua criação, foram feitas recomendações de adoção de políticas públicas de erradicação das forças de segurança clandestinas e de investigação de delitos por elas cometidos .

> Em 2010, foi criada a Comisión Nacional de la Reforma Policial, com o objetivo de "promover, propor e dar continuidade ao cumprimento das medidas, estratégias, planos e programas vinculados à reforma da Polícia Civil Nacional, que permitam um processo de modernização institucional orientando ao fortalecimento do estado democrático de direito". (CARVALHO; GUIMARÃES; GUERRA, 2015, p. 121)

Panamá

A Comissão da Verdade foi criada em 2001 pela presidente Mireya Moscoso. Após a descoberta de uma cova clandestina, numa antiga base militar, a junta tinha a incumbência de investigar as violações dos direitos humanos que ocorreram em outubro de 1968 até 1989, durante o regime militar. O período de trabalho da comissão foi de quinze meses, sendo publicado seu relatório final em abril de 2002.

Peru

A Comissão de Verdade e Reconciliação foi criada em 2001, após um escândalo de corrupção, envolvendo o alto escalão do governo. A junta possuía o objetivo de averiguar as violações dos direitos humanos realizados pelo estado ou grupos armados rebeldes, que ocorreram entre maio de 1980 e novembro de 2000. O relatório final da comissão foi publicado em agosto de 2003, expondo uma estimativa de 69 mil mortos e desaparecidos, sendo que a maioria das vítimas pertenciam a comunidade indígena.

Em resumo,

> A CRV, em especial seu eixo de reparações, foi de grande importância para as vítimas do conflito. A comissão recomendou ao governo peruano a criação de um Plano Integral de Reparações. O governo respondeu a essa recomendação criando, por meio da Lei no 28.592/1995 (Peru, 2005), um plano de reparações e encarregando uma entidade, o Conselho de Reparações, da elaboração de um registro único de vítimas. O registro de vítimas inclui as vítimas diretas e indiretas, individuais e coletivas do conflito. De acordo com os dados de 2014, 176.359 pessoas tinham sido registradas. (CARVALHO; GUIMARÃES; GUERRA, 2015, p.154)

1.2. A comissão no Brasil

No Brasil a luta por justiça, verdade e memória para com as vítimas das violações humanas no período da ditadura militar foi realizada por ex-militantes e seus familiares. No Brasil, ocorreu uma “transição sob controle”, em que os militares apenas aceitaram a “transição lenta, gradual e segura”, a partir de uma posição de retaguarda no regime, delegando aos políticos que os defendiam a legitimação da transição em aliança com a elite burocrática e política que emergiu do regime e orientou a conciliação com a maior parte da oposição legal. Em decorrência disso, procurou-se impor burocraticamente um conceito de perdão, por meio do qual os ofensores perdoariam os ofendidos, o que limitou a adesão subjetiva à reconciliação, tentando-se transformar a anistia em processo de esquecimento, como se isso fosse possível.

Esse pacto social pelo perdão e esquecimento afetou profundamente a justiça de transição no Brasil. Em prol do equilíbrio governamental, o passado de violações dos direitos humanos deve ser esquecido para que as feridas continuem fechadas. No entanto, o silêncio opera em favor dos perpetradores, pois as tentativas de revisão dos crimes cometidos pelas forças armadas são contestadas pelos militares, como uma espécie de

revanchismo. Assim sendo, a anistia possibilitou que a sociedade desconhecesse como atuava a ditadura e seus agentes.

> Sob a perspectiva legislativa, a adoção do modelo do esquecimento foi viabilizada com a promulgação da Lei da Anistia – Lei nº. 6.683/79, que anistiou todos os crimes cometidos no período autocrático, até mesmo os crimes comuns praticados pelos mandantes e executores do regime. Por conseguinte, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi promulgada a Lei nº. 9.140, de 04 de dezembro de 1995, que instituiu a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas que participaram das atividades políticas no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, permitindo a emissão do atestado de óbito e a indenização dos familiares. Após, em 13 de novembro de 2002, por intermédio da Lei nº. 10.559, foi criada a Comissão de Anistia, que além de conferir declaração da condição de anistiado político às vítimas da repressão, possibilitou as reparações cabíveis. (SANTOS; SOARES. 2012, p. 283).

A justiça de transição brasileira está incompleta, pois o único pilar efetuado foi a reparação financeira. As duas principais leis com relação a reparação são a Lei n. 9.140, Lei dos Desaparecidos, que é direcionada aos familiarizares das vítimas fatais do estado antidemocrático, assegurou o direito de os familiares solicitarem o atestado de óbito e indenizações. A segunda é a Lei n. 10.559/2002, que ratifica ao anistiado político uma indenização que equipare de forma mais exata possível, os rendimentos que a vítima teria acaso não tivesse sido perseguido pelos seus ideais políticos.

De um modo geral, a Justiça, Verdade e Memória foram negligenciadas pelo estado na redemocratização, à exceção dos últimos direitos fundamentais:

> O direito à verdade é o direito fundamental a ser exercido por todo e qualquer cidadão de receber e ter acesso às informações de interesse público que estejam em poder do Estado ou de entidades privadas. Nos períodos de transição política, esse direito torna-se mais evidente, uma vez que é dever estatal revelar e esclarecer às vítimas, aos familiares e à sociedade as informações de interesse coletivo sobre os fatos históricos e as circunstâncias relativas às graves violações de direitos humanos praticadas nos regimes de exceção. É a chamada verdade histórica.
>
> O direito à memória, por seu turno, é o direito fundamental de acesso, utilização, conservação e transmissão do passado e dos bens materiais e imateriais que compõem o patrimônio cultural de determinada coletividade, tendo em vista que a memória – enquanto evocação do passado – apresenta tanto uma dimensão individual, na medida em que cada indivíduo tem suas vivências, experiências e recordações íntimas e pessoais, como uma dimensão coletiva, haja vista que o

> compartilhamento da historicidade e cultura de um povo pertence a toda sociedade. (SOUZA; SOARES.2012, p. 273).

A luta por verdade e memória resultou de uma forte pressão da sociedade na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, em 2008, quando o governo publicou o seu Plano Nacional (PNDH 3), tendo por objetivo utilizar o resgate da história para solidificar a democracia, eliminando práticas violentas que foram normalizadas no cotidiano brasileiro, propondo a criação de uma Comissão Nacional da Verdade.

A medida gerou um grande debate na sociedade, mas principalmente com forte reação negativa por parte das forças armadas. Segundo o documento enviado pelo Exército à presidência da República, a comissão, se criada, deveria investigar também os abusos cometidos pelos militantes, seguindo a teoria dos dois demônios. Diante do debate causado, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva promoveu algumas alterações e instituiu um grupo de trabalho para criar um projeto de lei. De acordo com (GALLO, 2015) A principal mudança foi a retirada do projeto da apuração da repressão política.

Contudo, essa comissão foi oficialmente criada somente no governo da presidente Dilma Rousseff, que foi vítima de torturas pelos agentes da repressão e prestou seu testemunho à própria CNV. A Lei 12.528/2011, que a instituiu, foi sancionada em 18 de novembro de 2011, e a comissão instalada em 16 de maio de 2012. O evento de instauração contou com todos os ex-presidentes do período democrático.

A comissão foi composta por sete membros iniciais (SEIXAS; SOUZA, 2015):

- Cláudio Fonteles, ex-Procurador Geral da República durante o Governo Lula;
- Gilson Dipp, Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- José Carlos Dias, ex-Ministro da Justiça durante o Governo Fernando Henrique Cardoso;
- José Paulo Cavalcanti, jurista e escritor;
- Maria Rita Kehl, psicanalista; Paulo Sérgio Pinheiro, diplomata;
- Rosa Maria Cardoso, advogada de presos políticos.

Em junho de 2013, Cláudio Fonteles foi substituído, após ter renunciado ao cargo, por Pedro Dallari, advogado e professor titular de Direito Internacional, do Instituto de Relações Internacionais da USP, que coordenou os trabalhos da CNV, entre novembro de 2013 e dezembro de 2014.

Os integrantes foram nomeados pelo presidente, pois eram pessoas de grande credibilidade e vida acadêmica respeitada. Para a execução dos trabalhos, eles contavam com uma equipe de 18 auxiliares.

Como visto acima a composição da junta se constituiu de forma plural, mesmo que a maioria dos participantes tenham como base a carreira jurídica. De acordo com Gallo (2015), esta pluralidade provocou problemas, desde 2012, quando houve discordâncias referentes à temas bastante significativos para o trabalho. Mesmo considerada algo normal essas discordâncias, a pauta recebeu grande destaque nos meios de comunicação em 2013. O conflito resultou no pedido de demissão de Cláudio Fonteles da CNV em junho de 2013.

Em maio de 2013, mesmo com problemas internos, a comissão divulgou um relatório sobre as atividades realizadas em um ano de funcionamento. O documento proporcionou que a comissão apresentasse os conceitos-chave que nortearam seu trabalho, permitindo aos interessados em geral um entendimento mais específico sobre suas linhas de atuação e recorte temático. Apesar deste balanço se fazer necessário, em resumo, as informações expostas na ata eram dadas numéricos, sobre quantidade de arquivos inventariados, audiências efetuadas e depoimentos coletados.

O documento recebeu muitas críticas. Umas das mais significativas foi a carta aberta a comissão, redigida e enviada por um grupo composto de familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos políticos, entidades vinculadas a luta pela memória, verdade e justiça, e militantes dos direitos humanos. Na carta publicada, em 15 de julho, há críticas sobre o relatório parcial da CNV, sendo ele um reflexo do trabalho opaco, moroso e desarmônico realizado pela CNV.

Apesar de toda essa conjuntura, no segundo semestre a comissão apresenta progressos expressivos em seus trabalhos, isto se deve a visibilidade alcançada pela exposição midiática. Segundo Gallo (2015), a partir de 2013, uma busca por maior interação com o público e uma maior publicização de dados sobre as atividades realizadas pela CNV começaram a ser realizadas. Na televisão, na internet (com o uso das redes sociais) e na mídia impressa, passaram a ser mais frequentes notícias divulgando o trabalho da Comissão, além de serem disponibilizados no YouTube vídeos das audiências públicas que estavam sendo realizadas em todas as regiões do país para a tomada de depoimentos de vítimas do aparato repressivo, de ex-agentes da repressão e de

testemunhas que, por décadas, tiveram receio de contar publicamente o que sofreram, o que fizeram ou o que viram ser feito em nome da DSN.

Há algumas especificidades sobre a CNV em relação ao restante das comissões da América Latina, segundo GONZÀLEZ (2012). A CNV foi estabelecida por ação do poder legislativo brasileiro, tornando-se uma significativa diferença de várias experiências latino-americanas anteriores, onde as comissões foram criadas por decreto do poder executivo, às vezes implementando um acordo de paz.

Esta particularidade é importante porque nos sistemas constitucionais da região as instituições estabelecidas com força de lei desfrutam de maiores poderes operativos para implementar seu mandato. Diferentemente das comissões da verdade no Chile, na Guatemala ou no Peru, por exemplo, que só podiam solicitar colaboração das distintas instâncias estatais, a Lei no. 12.528/11 ordena taxativamente aos servidores públicos, civis e militares a colaborar com a CNV.

Outra característica distintiva, é que sua instalação ocorre após a realização de outras duas comissões oficiais, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia, que apuraram as graves violações aos direitos humanos, fornecendo assim informações importantes e, principalmente, seus acervos. Neste quesito, é válido ressaltar a importância do Arquivo Nacional, através do Centro de Referência “Memórias Reveladas”, pois possibilitou à sociedade acesso a um vasto acervo documental sobre o período ditatorial.

Por ser uma medida temporária, a comissão iniciou suas atividades em 18 de novembro de 2011, indo até 16 de novembro de 2014. O reduzido número de componentes, em contrapartida ao amplo período estudado (1946-1988), mostrou-se um grande problema no primeiro ano de funcionamento da comissão. No entanto, como solução do problema e tornando-se um dos ganhos, foi a criação de uma ampla rede de trabalho, pesquisa e apuração dos fatos que efetuou um papel essencial no trabalho de levantamento de crimes do estado, a partir da estruturação de grupos de trabalho por tema, sendo que cada grupo era coordenado por um membro colegiado. Como consequência direta da instalação da CNV, houve uma disseminação de comissões estaduais, municipais, universitárias e setoriais.

Referente ao modo de trabalho, consta no site na CNV, as informações sobre a divisão realizada para o maior aproveitamento e eficiência na elaboração do relatório final:

> Em 2 de julho de 2012, a Comissão definiu, por meio da Resolução nº 1, seu regimento interno, em que se estabeleceram diretrizes referentes à organização, à estrutura, ao planejamento, ao funcionamento, às atribuições dos conselheiros e às atividades de apoio, bem como disposições de natureza geral. O artigo 8º do regimento estabeleceu a organização da CNV na forma de grupos de trabalhos e subcomissões, designadas pelo Colegiado. No mesmo mês de julho, os membros da comissão definiram a constituição de três subcomissões temáticas:
> 1) subcomissão de "pesquisa, geração e sistematização de informações";
> 2) subcomissão de "relações com a sociedade civil e instituições";
> 3) subcomissão de "comunicação externa".
>
> A partir de dezembro de 2012, as atividades de pesquisa da CNV passaram a ser desenvolvidas basicamente por meio de grupos de trabalho coordenados pelos membros do Colegiado, contando, cada um deles, com assessores, consultores ou pesquisadores. Tal forma de organização teve por intuito permitir a descentralização das investigações e a autonomia das equipes de pesquisa. Pautada nessas diretrizes iniciais, a CNV estabeleceu 13 grupos de trabalho, segmentados pelos seguintes campos temáticos:
> 1) ditadura e gênero;
> 2) Araguaia;
> 3) contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964;
> 4) ditadura e sistema de Justiça;
> 5) ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical;
> 6) estrutura de repressão;
> 7) mortos e desaparecidos políticos;
> 8) graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas;
> 9) Operação Condor;
> 10) papel das igrejas durante a ditadura;
> 11) perseguições a militares;
> 12) violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e
> 13) o Estado ditatorial-militar. (ARQUIVO NACIONAL, s.d).

Ao final dos trabalhos, a CNV apresentou seu relatório final, dividido em três volumes, tendo ao todo 4.300 páginas. Uma das principais diferenças da Comissão Nacional da Verdade do Brasil em relação às outras criadas na América Latina, foi o atraso da instalação desse mecanismo de justiça de transição, isto é, somente depois de quase trinta anos do fim da ditadura a comissão foi criada. Esse período longo acarretou aspectos negativos e positivos para o seu trabalho. O principal fator negativo foi a dificuldade de coleta de documentos, testemunhos e a localização de restos mortais dos desaparecidos. Além disso, depois de todo esse tempo, algumas vítimas e familiares já estavam muitos idosos, alguns até falecidos, prejudicando, assim, o impacto restaurador e reconciliador da comissão (WEICHERT, 2014).

Contudo, os aspectos positivos resultantes da demora foram que a comissão trabalhasse distante das disputas ideológicas do período de ditadura militar, facilitando assim também a identificação dos resquícios autoritários que permaneceram nas estruturas estatais.

Foram apresentadas quatros conclusões no relatório da CNV, sendo as três primeiras referentes à conclusão de que o estado brasileiro praticou graves violações do direito humanos. A CNV também concluiu que a tradição autoritária e violenta, principalmente dos órgãos de segurança nacional, permanece no Estado brasileiro. A tortura, desaparecimentos e execuções ainda são realizados pelos órgãos como métodos de investigação e repressão ao crime comum.

Foram elaboradas pela CNV 29 recomendações ordenadas em grupos: medidas institucionais, reformulações normativas e medidas de seguimento, das quais a maioria se refere às reformas institucionais, para que os resíduos do período de repressão não apresentem ameaças a democracia.

Vale salientar a importância do registro no relatório dos nomes dos agentes que violaram os direitos humanos, bem como os nomes das vítimas. Porém, também é oportuno criticar a falta de listagem de relatos de tortura e prisão, que não resultaram em morte.

Assim sendo, é importante entender que a Comissão Nacional da Verdade não representa o começo e nem é o término do processo de justiça de transição no Brasil. Ela foi um procedimento inquerido pela sociedade civil e entregue – ainda que tardiamente – pelo governo. A instalação da comissão ofereceu importante avanços com relação ao direito a memória e verdade. Ocasionando como principal legado, o reconhecimento oficial de que ditadores e repressores praticaram crimes contra a humanidade no Brasil durante o regime militar, e a conclusão de que para superar o passado autocrático e as graves violações dos direitos humanos é necessário que a responsabilização dos perpetradores e a reforma institucional das forças de segurança pública, seja realizada efetivamente. Entretanto, essas duas demandas essenciais para superar esse histórico de graves violações aos direitos humanos permanecem em aberto: a responsabilização dos perpetradores e a reforma institucional das forças de segurança pública (WEICHERT, 2014).

CAPÍTULO 2: A Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”

A Comissão da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”, do estado de Sergipe, foi criada em 26 de maio de 2015 através do Decreto nº 30.030/2015, mas, somente no ano seguinte, foi efetivamente implantada, iniciando seus trabalhos, que tiveram que ser prorrogados até o ano de 2019. Somente, no ano seguinte, foi publicado o relatório final. O nome da comissão “Paulo Barbosa de Araújo” (CEV/SE, 2020) é para prestar uma homenagem ao jornalista já falecido, “que conseguiu vazar para a imprensa as prisões ocorridas na Operação Cajueiro”. O decreto inicial de criação da CEV/SE determina o período de 1946 a 1988, com o objetivo de resgatar as histórias e a memória sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas em Sergipe, ou envolvendo sergipanos.

Como é possível perceber pelas datas de criação, a Comissão da Verdade de Sergipe não fez parte da rede de comissões que auxiliaram a Comissão Nacional da Verdade em seus trabalhos. A CEV foi criada quando a CNV já tinha concluído seus trabalhos e publicado seu relatório final. O período de trabalho da CEV foi marcado instabilidade política e o retorno aos debates públicos sobre os temas: Ditadura Militar, golpe de 64, Violações dos direitos humanos etc. O impeachment da Presidente Dilma Rousseff (ex-militante guerrilheira) foi marcado pelo apoio dos militares aos golpistas, com tentativas de revisionismo sobre o período autoritário vivido no Brasil e pela menção de torturadores (inclusive Carlos Alberto Brilhante Ustra, que torturou a presidente) e apoio ao regime militar realizada pelo então deputado federal, Jair Bolsonaro, quando da votação do impeachment no Congresso Nacional.

A CEV/SE foi criada como uma alternativa para a justiça de transição, com o intuito de efetuar o direito à memória e à verdade histórica, priorizando a investigação das violações dos direitos humanos que aconteceram em Sergipe, ou que tenham atingidos sergipanos.

> O Decreto de criação estabeleceu como objetivos da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe,
> in verbis:Art. 3º: São objetivos da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”, do Estado de Sergipe:
> I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de Direitos Humanos mencionados no “caput” do art. 1º deste Decreto;

> II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de perseguição política, prisões arbitrárias, torturas, mortes e/ou assassinatos, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ocorridos no território do Estado de Sergipe, ou contra sergipanos, ainda que ocorridos fora do Estado;
> III - identificar e tornar públicas as estruturas, os locais, as instituições do Estado de Sergipe e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de Direitos Humanos mencionados no art.
> 1º deste Decreto e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais da sociedade;
> IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e na identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art.
> 1º da Lei (Federal) nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995;
> V - colaborar com todas as instâncias do poder público para a apuração de violações de Direitos Humanos;
> VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de Direitos Humanos, assegurar a sua não repetição e promover a efetiva reconciliação Estadual e Nacional;
> VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história nos casos de graves violações de Direitos Humanos, bem como, colaborar para que seja prestada assistência às vítimas e familiares, de tais violações;
> VIII - estabelecer medidas necessárias à guarda e conservação da documentação e registros históricos coligidos ao longo do trabalho. (CEV/SE, 2020, p. 37).

A comissão foi formada em sua maioria com profissionais com carreiras acadêmicas, que já possuíam trabalhos referentes a democracia, regime ditatorial, direitos humanos e outros assuntos relacionados. A comissão se organizou em grupos de trabalhos, compostos por membros e estagiários, estruturando um plano de trabalho com conforme a missão, objetivos e metas que forram determinadas no decreto inicial. Para a coleta de documentos, que foi primordial para o trabalho da comissão, foram firmadas algumas parcerias.

> A Comissão é presidida pelo Professor Doutor Josué Modesto dos Passos Subrinho, ex-reitor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e atualmente Secretário da Educação do Estado de Sergipe, e tem como Secretária Executiva a professora Doutora Andréa Depieri de Albuquerque Reginato, lotada no Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe (DDI/UFS). Além destes, foram também nomeados membros da CEV/SE pelo Decreto Estadual 30.057/2015: a professora Doutora Gabriela Maia Rebouças, o escritor e jornalista Gilberto Francisco dos Santos, o professor Doutor Hélder Teixeira Bezerra, o professor Mestre José Afonso do Nascimento e o professor Doutor José Vieira da Cruz. Hélder Teixeira Bezerra, embora nomeado, não compareceu à posse e não chegou a assumir seu posto junto à CEV, razão pela qual, em seu lugar foi nomeado como membro o professor Mestre Gilson Sérgio Matos Reis, através do Decreto Estadual nº 30.196/2016. Iniciados os trabalhos, José Vieira da Cruz,

> eleito vice-reitor da Universidade Federal de Alagoas pediu afastamento da CEV e, posteriormente, o fez também José Afonso do Nascimento, por problemas de saúde. Não foram nomeados novos membros para os seus postos. (CEV/SE, 2020, p. 38).

A CEV/SE utilizou como método de trabalho as fontes escritas, leitura da bibliografia, pesquisa em documentos, especialmente arquivos, e fontes orais que foram os depoimentos à comissão. A prática de pesquisa documental foi efetuada, e facilitada devido as parcerias firmadas. O Arquivo Nacional/Memórias Reveladas, o Superior Tribunal Militar (STM) e o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ/SE) assinaram acordo de colaboração, para liberar o acesso aos membros da comissão aos seus acervos. No entanto, como já tinha acontecido em outros estados, e com outras comissões, o Exército Brasileiro não colaborou com trabalho, negando o acesso a documentação e informações sob seu controle.

Houve também outras parcerias importantes, com outras finalidades como a estruturação da sede. Emgetis, que possibilitou o armazenamento dos documentos coletados e digitalizados. A Segrase que editou e publicou o relatório final. Com a intenção de facilitar as pesquisas, CEV/SE ainda tentou firmar parcerias com as duas universidades do estado, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) assinou o acordo de cooperação e todo o acervo constituído pela comissão, serão disponibilizados a instituição. Já a Universidade Tiradentes (UNIT) não assinou o termo.

Contribuindo com o direito à memória, a CEV/SE, desde o início, tinha como propósito ouvir as vítimas e familiares das vítimas da ditadura militar. Os depoimentos ocorreram de 2016 a 2019, em Aracaju e Propriá. A maioria das oitivas foram efetuadas de forma pública, sendo que dois depoentes deram seus testemunhos de maneira privada, sendo eles: Zelita Correia e Carlos Ayres Britto.

As sessões públicas, em Aracaju, foram todas realizadas no Auditório do Museu da Gente Sergipana, que contribuíram para o (CEV/SE, 2020) “diálogo da sociedade civil com os resistentes das repressões políticas ocorridas entre 1946 e 1988”.

Os depoimentos que foram autorizados e registrados estão disponibilizados no canal da CEV/SE no Youtube.

> O início da tomada de depoimentos se deu através da fala de Milton Coelho, ex-militante do Partido Comunista que, devido às torturas sofridas na Operação Cajueiro, em 1976, ficou cego. A partir das informações dadas pelos depoentes, bem como através dos documentos colhidos, foram sendo convidados novos nomes para prestar depoimento quanto à repressão política, tanto em Sergipe quanto fora

> do estado. Dessa forma, foi estabelecido um método de convocação. Foram chamados, além dos que notoriamente tinham histórias ligadas à ditadura militar, as vítimas da Operação Cajueiro; os presos no XXX Congresso de UNE em Ibiúna, em 1968; os alvos da Operação Gaiola em Sergipe; amigos e familiares das vítimas da repressão política nos anos 1950. (CEV/SE, 2020, p. 42).

A metodologia adotada pela Comissão, para a tomada de depoimentos, foi a fala espontânea do depoente. O testemunho seria organizado e efetuado pelo declarante sem qualquer interferência da Comissão, sendo que, ao final, se os membros da comissão julgassem necessários alguns esclarecimentos, poderiam pedir elucidações, mas, sem perguntas diretas, tantos dos membros como da plateia. No entanto essa metodologia não foi efetivada. Como é possível ver nos depoimentos em anexos, e nos outros disponíveis no Youtube, aconteceram interferências solicitadas pelos próprios depoentes, que pediam auxílios aos seus familiares e colegas para complementar as informações dadas à CEV/SE. Outra prática que foge da metodologia inicial, e que foram efetuadas em todas os depoimentos, foi a sabatina de perguntas diretas, feitas ao depoente.

Ao todo foram colhidos 46 depoimentos. Os depoentes foram: Ana Maria Rosa; Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes; Ancelmo Góis; Antônio Bittencourt Júnior; Artemízio Cardoso de Rezende; Benedito de Figueiredo; Carlos Alberto Menezes; Carlos Alberto Santos; Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto; Clodualdo de Oliveira Lima; Clovis Marques de Menezes; Delmo Naziazeno; Edgar Odilon dos Santos; Edgar Ribeiro Filho; Edilberto Marques de Menezes; Elias Pinho; Enoque Salvador de Melo; Faustino Alves Menezes; Francisco Carlos Nascimento Varella; Hildebrando Oliveira Maia Junior; Ilma Mendes Fontes; Ivan Soares Freire; Jackson Barreto de Lima; Janete Correia de Melo Sá; João Augusto Gama da Silva; João Bosco Rolemberg Côrtes; José Adival Marques Fernandes; José Alves do Nascimento; José Renato Vieira Brandão; Laura Maria Ribeiro Marques; Luiz Eduardo Alves de Oliva; Luzinete Silva; Manoel Pascoal Nabuco D'avila; Marcélio Bomfim Rocha; Marcelo Farias Barreto ; Maria Auxiliadora Campos Medeiros; Maria Laete Fraga; Mathilda H. C. Hendrieux; Milton Alves; Milton Coelho de Carvalho; Mirailton Silva Oliveira; Nelson Valentim da Silva Filho; Pedro Santos; Raimundo Eliete Cavalcante; Wellington Dantas Mangueira Marques; Zelita Rodrigues Correia dos Santos.

Durante os anos de trabalhos, a comissão sempre buscou o contato com a sociedade civil para divulgação dos resultados parciais obtidos pela sua pesquisa para incentivar o interesse da população. Visando essa prestação de contas, os membros da

comissão participaram de vários eventos. Também com o mesmo objetivo a comissão estadual, em 2017, durante os dias 19 e 21 de outubro, realizou a exposição "Verdade, Memória e Repressão em Sergipe nos anos 50". A primeira montagem foi no Shopping Riomar, devido ao sucesso com o público, a exposição foi exposta entre os dias 19 e 23 de fevereiro de 2018, no Memorial do Poder Judiciário Palácio Sílvio Romero.

Em concordância com os propósitos acima citados, os membros da CEV/SE participam de Audiências públicas realizadas pelo Poder Legislativo. Em 2018, na Câmara Municipal de Aracaju (CMA) e, em 2019, na Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE).

Ainda no período de trabalho, devido urgência da elucidação de pontos visualizados ao decorrer dos trabalhos, a comissão encaminhou 3 recomendações ao governo do estado e a prefeitura de Aracaju. A primeira foi, em 6 de setembro de 2016, o endosso da instalação do Comitê e Mecanismo de Combate à Tortura (CEPCT/SE e MEPCT/SE). A segunda abordava o acesso a Acesso à Informação e Documentos Públicos, já que a CEV/SE apresentou a necessidade de ações efetivas para o cumprimento da lei que aborda o tema. A última foi encaminhada ao prefeito de Aracaju, expõe sobre a importância demarcação de lugares de memória da repressão e resistência em Aracaju. Segundo a (CEV/SE, 2020, p. 282) "A identificação e marcação de lugares de memória como forma de homenagem e esclarecimento histórico sobre períodos autoritários é uma importante estratégia na disputa pela memória coletiva".

2.1. Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo"

O relatório foi fruto das pesquisas realizadas durante o período de existência da comissão, ou seja, entre 2015 e 2019, e somente publicada no ano de 2020, em formato de e-book. Esse atraso ocorreu, segundo o jornalista Milton Alves, diretor industrial da Empresa de Serviços Gráficos de Sergipe (Segrase), porque "houve atraso na liberação de documentos". O livro histórico deveria ter ficado pronto antes do dia 20 de fevereiro de 2020, data de aniversário da fatídica "Operação Cajueiro", desencadeada pelo Exército em 1976 e que prendeu e torturou sergipanos nas dependências do quartel 28º Batalhão de Caçadores, em Aracaju.

No primeiro momento, a comissão tinha o plano de publicação, impressão e distribuição de exemplares para locais de ensino e locais de acesso a população como todo. De acordo com uma reportagem do portal de notícias (destaquenoticias, 2020)

Milton Alves informou que “a ideia é imprimir pelo menos 350 cópias, visando distribuí-las com as bibliotecas de escolas, arquivos públicos etc. O Relatório deverá ter cerca de 800 a 900 páginas com textos, imagens, tabelas e documentos oficiais, resultado de uma ampla pesquisa”.

No entanto, não foi isso que aconteceu de fato, a publicação se deu somente em forma de e-book. Porém apesar de ser uma decaída do plano inicial, esse episódio demonstra além do descaso do governo quanto a importância do trabalho da CEV/SE, ratifica o esforço feito pelos membros da comissão. Aqui vale o destaque aos professores Andrea Depieri (UFS) e Antônio Bittencourt, tanto para realização do trabalho, como para a publicação dos resultados das pesquisas.

Outro aspecto que sofreu diminuição foi o tamanho da publicação, se o esperado eram 2 volumes somando de 800 a 900 páginas, o e-book de único volume conta com 428 páginas, também não houve distribuição alguma. Essa conjuntura fortalece a importância do acervo que foi construído pela CEV/SE e será replicado para a UFS e outras instituições. Assim, o meio acadêmico poderá se debruçar sobre as fontes e dar continuidade as pesquisas iniciadas pela comissão, aprofundando outras que não foram feitas.

O relatório final da CEV/SE está dividido em introdução, mais VII partes, concentrado especialmente nas graves violações dos direitos humanos em Sergipe ou que tiveram sergipanos atingidos. Apesar de em sua maioria a comissão ser composta por profissionais do meio acadêmico, e as pesquisas terem sido efetuadas com todo o rigor científico, o texto não está formato no acadêmico. A CEV/SE explica no próprio relatório final está opção:

> O Relatório que você tem em mãos procura ser claro e objetivo para que todo o povo sergipano entenda o que aconteceu com seus conterrâneos entre 1946 e 1988 e os riscos que corremos quando a democracia é deixada de lado. (CEV/SE, 2020, p. 56).

Para facilitar a compreensão de todos sobre os fatos expostos, o relatório conta com algumas novidades em seu corpo. A primeira dela é que os eventos estão em ordem cronológica, pois assim seria mais fácil o entendimento do grande público. Outra particularidade do documento é a constante presença de infográficos que versam sobre acontecimentos os mais variados assuntos. Apesar de ser uma inovação metodológica e representar um o empenho da comissão e mais precisamente dos organizadores do

relatório final, com o acesso à informação a todos, a frequência destes infográficos em alguns momentos confunde o leitor. Todavia, é relevante ressaltar que o relatório foi pensando para ser impresso e distribuído em escola e bibliotecas, assim se concretizando esses planos, os infográficos seriam de grande valia.

Outra inovação foi a apresentação de uma espécie de FAQ, que está explicado da seguinte forma:

> Decidimos abrir este livro com algo parecido com o modelo FAQ (Frequently Asked Questions, expressão da língua inglesa que, em português, significa "Perguntas Feitas com Frequência"). Pretendemos, com isso: esclarecer em que sentido mobilizamos os conceitos básicos utilizados; dar explicações simples relativas ao período pesquisado; responder às questões usualmente formuladas, sempre que algum membro comparecia a um evento público seguido de debates e, principalmente, contar como e onde pesquisamos e de que forma construímos esse Relatório. (CEV/SE, 2020, p. 56).

O relatório se inicia com uma introdução, que expõe os conceitos de Justiça de Transição e Comissão da Verdade, e narra os fatos marcantes na luta por Justiça no Brasil. Ainda na introdução apresenta a Comissão da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" do Estado de Sergipe, explicando como foi sua criação, e relatando as atividades realizadas durante o período de trabalho.

Na parte I, intitulada "o estado de segurança nacional e as estruturas de repressão política no Brasil e em Sergipe", traz através de um Fluxograma o esqueleto de sustentação da ditadura militar. Explica o que foram os atos institucionais (AI's), lista os nomes dos ocupantes dos principais cargos dos Três poderes.

Na parte II, ilustra com um infográfico a cronologia da repressão política em Sergipe de 1946 a 1988. Descreve por meio de uma divisão cronológica o desvio autoritário em Sergipe.

Na parte III, dedicado à verdade e memória, explica o que são os lugares de memória, que foi uma das recomendações da CEV/SE. Também nessa parte há uma reflexão importante e atual sobre a violência de gênero do período autoritário.

Na parte IV, consta um compilado dos "nomes daqueles que, em algum momento, tiveram sua vida atingida por uma legislação autoritária".

Na parte V, o relatório explica como as Forças Armadas, Polícias e o SNI contribuíram para a realização do golpe de 64, e ajudaram na permanecia de 21 anos de ditadura no Brasil.

Na parte VI, encontra-se as Conclusão e recomendações. Na parte VII, esta as referências bibliográficas, glossário, apêndice e anexos.

2.2. Conclusões e Recomendações

Seguindo o seu objetivo legal que consta no decreto inicial, ao final dos trabalhos a comissão deve retirar conclusões e "recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de Direitos Humanos, assegurar a sua não repetição e promover a efetiva reconciliação Estadual e Nacional".

> Nossa principal conclusão é a de que, para termos uma democracia plena, precisamos enfrentar nossa herança autoritária. Ela ainda tão presente nas práticas institucionais, na legislação, nos aparatos do judiciário e da segurança pública, nas violências cotidianas e em todo esse movimento de negação quanto aos avanços civilizatórios constituídos para proteger os cidadãos do arbítrio do Estado. Concluímos que a repressão política, caracterizada por um conjunto de opressões sistemáticas, seletivas, violentas, capilarizadas e altamente institucionalizadas é a maior ameaça à consolidação de uma democracia plena no Brasil. (CEV/SE, 2020, p. 372).

Percebe-se, então, que a comissão entende que o mecanismo autoritário permaneceu na sociedade brasileira desde sua colonização, e que a memória pode ser um dos instrumentos para eliminar a herança autoritária. Essa estratégia e a utilização do slogan "Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça", em seu relatório final e durante as apresentações externas do trabalho da comissão, indica que a CEVSE entende a repetição de períodos autoritários como resultado do esquecimento, produzido pela tutela militar do estado. O entendimento da CEV/SE é análogo ao da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul, sendo essa uma das referências sobre Comissões da Verdade e Justiça de Transição pelo mundo. O slogan também é bastante parecido, o africano é "revelar é curar" e "a verdade machuca, mas o silêncio mata".

As recomendações feitas pela CEV/SE estão divididas em três eixos principais: Medidas e Reformas Institucionais e Legislativas, Políticas Públicas de Memória e de Educação em Direitos Humanos e Medidas de Seguimento das Ações da Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo". Essas recomendações estão direcionadas especialmente aos Poderes, entes públicos, instituições, governantes e parlamentares do Estado de Sergipe. Aqui é relevante o lembrete, que durante os anos de

expediente, a Comissão enviou recomendações ao Poder Executivo Estadual e Municipal, e as orientações não foram colocadas em práticas até o momento.

As 27 recomendações propõem que Governo do Estado de Sergipe: realize pedido de desculpa pública; institua e implemente uma política de Estado para Direitos Humanos; instalação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; implemente o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (CEPCT/SE) e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Estado de Sergipe (MEPCT/SE); e as Defensorias Públicas do Estado de Sergipe e da União estabeleçam protocolo para dar acompanhamento às vítimas de tortura; o Ministério Público do Estado de Sergipe esteja atento a quaisquer denúncias ou menções a prisões ilegais, incomunicabilidade ou prática de tortura durante os depoimento de réus ou testemunhas, adotando as providências legais cabíveis para apuração; O Poder Judiciário do Estado de Sergipe adote medidas e protocolos de especial atenção para que os casos de prisão ilegal, incomunicabilidade e tortura não sejam ignorados, especialmente em audiências de custódia; O Governo do Estado de Sergipe promova medidas para a democratização do seu Sistema de Segurança Pública; Continuidade às investigações sobre o assassinato do operário sindicalista e membro do Partido Comunista Brasileiro, Anísio Dário Andrade; mapear e alterar a denominação de logradouros que homenageiam agentes estatais ou privados vinculados às práticas de graves violações de direitos humanos; que abrigaram Assessoria de Serviço de Informação (ASI) — instituam uma Comissão Interna da Verdade; Que o Governo do Estado de Sergipe encaminhe e a Assembleia Legislativa aprove Lei Estadual de Acesso à Informação; cassação de gratificações e honrarias concedidas a agentes públicos e particulares envolvidos na prática de graves violações de direitos humanos; responsabilizar judicialmente — no âmbito administrativo, cível e criminal — os agentes estatais perpetradores de graves violações de direitos humanos, ocorridas especialmente durante a ditadura militar; A criação de mecanismos para reforçar a democracia, os direitos humanos e incentivar uma cultura da paz nas escolas estaduais e municipais; implemente ações voltadas à educação em Direitos Humanos, pensadas para os mais diversos seguimentos; Discutir, desenvolver e explorar questões pedagógicas e epistemológicas voltadas ao ensino da história, de forma que a memória seja resgatada como "analisador" para o presente e implementar ações pedagógicas voltadas à memória; A não veiculação de programas que naturalizem a violência policial e violem os direitos fundamentais; Instalação de um Centro de Memória; Criar um órgão permanente monitorar e dar seguimento às ações e recomendações da CEV/ SE;

Construção, implementação e manutenção do Memorial à Democracia; Instituir o dia da morte de Anísio Dário Andrade como data para a realização de atividades voltadas para a promoção da democracia e dos direitos humanos nas redes estadual e municipais de ensino do Estado de Sergipe; Ampla divulgação aos resultados da Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo"; Preservação de todo o acervo documental da CEV/SE; Que familiares e às vítimas sobreviventes promovam Ações Cíveis, a fim de concretizar o seu direito à memória e à verdade; Que Ministério Público Federal dê continuidade aos processos de investigação e denúncia relativamente aos crimes praticados durante a ditadura militar no estado; Que os parlamentares sergipanos se esforcem para implantação das recomendações da CNV e CEVSE.

2.3. Considerações Finais sobre o Relatório Final

A pouca menção à Ação Popular no Relatório da CEV/SE é um ponto a ser observado, durante a análise do documento. No relatório final da Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" consta como principal organização contrária a ditadura, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa percepção é inegável visto a importância do comunismo como elemento motivador do golpe, no entanto é necessário destacar a falta de aprofundamento em outras organizações, como é o caso da AP, que também foram importantes na luta contra o governo autocrático.

No início da explanação sobre como ocorreu a escolha sobre quem seriam os depoentes, há uma justificativa para a maioria dos testemunhos serem feitos por militantes que eram do PCB ou tinham algum contato.

> A Comissão foi cautelosa, ainda, para não favorecer as agremiações existentes à época: o Partido Comunista (PCB), o "Partidão", e a ala católica formada pela Juventude Universitária Católica (JUC) e pela Juventude Estudantil Católica (JEC) — que mais tarde, com a fusão, se tornariam a Ação Popular (AP). Quando uma liderança do PCB era chamada, em data próxima também era chamado a depor alguém da AP, por exemplo. (CEV/SE, 2020, p. 42).

Outra tática usada pela CEV/SE para igualar a importância dessas oratórias, foi a presença das histórias dos casais, Laura Marques e Wellington Mangueira, militantes do PCB. E Ana Côrtes e Bosco Rolemberg militantes da AP. Os capítulos "Prisões e torturas de Laura Marques e Wellington Mangueira após retorno da União Soviética" e "Ana Côrtes e Bosco Rolemberg: da ilegalidade à luta pela anistia", foram escritos tendo como

fontes os testemunhos dos quatros e fontes documentais, sendo que as mulheres tiveram que prestar novos depoimentos: Laura Marques, em 05/09/2018, e Ana Côrtes, no dia 12/09/2018. A Comissão esclarece que as novas oitivas se realizaram "para elucidar pontos de suas oitivas anteriores". Conjectura-se então que essa repetição de depoimentos se dá para checar fatos importantes, no entanto não acredito que seja somente esse motivo. Os testemunhos das duas militantes são ricos, fortes, pungentes, enfim, muito importantes. Porém, é preciso se fazer uma ressalva, os depoimentos delas são quase que como um olhar delas sobre as histórias dos maridos. Acredito que, nessa verificação de informações, o protagonismo de seus relatos tenham sido delas, visto que as partes que contam as histórias não privilegiam a trajetória dos maridos.

Outra falta sentida no relatório final, foi presença de Marcélio Bomfim, não somente pela sua participação política durante a ditadura, mas também pela sua importância na luta por justiça para as vítimas da repressão, sendo uma das suas reivindicações a criação da Comissão Estadual da Verdade, e posteriormente pela publicação do Relatório Final da Comissão.

Marcélio Bonfim, quando jovem participou do movimento estudantil, uma das lideranças do Partido Comunista Brasileiro em Sergipe, em 1964, por ocasião do Golpe Militar, permanecendo dois meses preso no 28º Batalhão de Caçadores. Exilou-se, vivendo em Moscou de 1966 a 1969. Anos mais tarde, durante a Operação Cajueiro, em 1976, foi preso, torturado e processado.

A relevância da militância exercida por Marcélio Bonfim foi reconhecida pelo estado através da Medalha da Ordem do Mérito Parlamentar, que foi concedida durante uma solenidade Assembleia Legislativa de Sergipe. Durante a cerimônia Marcélio foi retrato da seguinte forma, pelo vice-governador em exercício, Jackson Barreto.

> Marcélio Bomfim é um ícone da luta pela redemocratização em Sergipe e no Brasil. Ele, ao lado de muitos outros, sacrificou sua liberdade e arriscou sua vida em prol de uma das maiores conquistas que o povo brasileiro constata hoje que é a democracia. Esta é uma justa homenagem prestada pela Assembleia Legislativa de Sergipe a um militante que consolida o ideal de liberdade de toda uma geração. (Governo do Estado de Sergipe, 2013, n.p)

Portanto, em função da notoriedade e relevância de sua militância, ele deveria ter sido mais bem aproveitado, visto que ainda é muito atuante na luta pela democracia e melhorias sociais. Apesar disso, é indiscutível a importância do trabalho desenvolvido

pelos membros da comissão e que muito dessas ausências se devem aos problemas que eles tiveram que enfrentar para realizar suas atividades e publicar os resultados. Para além disso, não há somente ausências sentidas, há também presenças marcantes, que valem o destaque.

A existência do capítulo, “Uma reflexão sobre violência de gênero”, que constata a diversidade de violências quanto às relações de gênero, contribui e estimula a pesquisa em torno da ditadura em Sergipe quanto a essa questão. Ao realizar as entrevistas a comissão verificou (CEV/SE , 2020) “um conjunto de violações recorrentes, de ordem política, que funcionavam como ferramentas de dominação e de poder intencionalmente pensados pelos agentes do Estado, com a finalidade de submeter as mulheres que se colocavam em oposição ao regime”.

Então a CEV/SE, reforça o entendimento da CNV.

> O relatório da Comissão Nacional da Verdade confirma que as torturas a que eram submetidas essas mulheres eram diferentes daquelas destinadas aos homens, de maneira que eram conduzidas violências sistemáticas e específicas para as resistentes. Como citado acima, as perversidades sofridas por essas mulheres não se localizavam apenas no âmbito da moralidade percebida na prática da nudez, por exemplo. Para além desse procedimento, elas foram alvos de violência, seja por choques elétricos em seus órgãos genitais, com ameaças de que não conseguiriam engravidar, pela ameaça de serem estupradas pelos próprios agentes do Estado, além dos estupros propriamente ditos. (CEV/SE, 2020, p. 295).

CAPÍTULO 3: A história da Ação Popular (AP) nas Memórias de Bosco Rolemberg e Ana Cortês

O propósito desse capítulo é analisar a história da Ação Popular (AP), por meio dos depoimentos de Bosco Rolemberg e Ana Cortês, militantes que participaram desde os setores leigos da igreja católica até a cisão da organização e depois filiação ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Os depoimentos foram dados à Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo (SE) e estão disponibilizados no seu canal do YouTube. Essa análise será feita através da transcrição dos testemunhos, essa transcrição não teve revisão dos autores dos depoimentos.

A Ação Popular foi uma importante organização de esquerda com base cristã. Nascida em 1962, essa entidade é o resultado da esquerdização e politização dos setores leigos da igreja católica. No entanto, é fundamental o aclaramento de que nem todos os quadros da AP eram ligados à Igreja Católica, apesar de o ideal cristão ser uma forte inspiração para os militantes. De acordo com Sá (2015, p. 14-15), a nova organização era composta em sua maioria por estudantes, artistas e profissionais liberais, além do apoio de alguns parlamentares; tendo braços no campesinato e no operariado. Entre os fundadores, estão Betinho (que assumiu a coordenação nacional), Aldo Arantes, Alberto Gomez de Souza, Haroldo Lima, Cosme Alves Neto, Henrique Novaes, Antônio Lins, Severo Salles, Péricles dos Santos, Maria Angélica Duro, Manuel Joaquim Barros, Luiz Alberto, Tereza Rodrigues e Silvio de Almeida (os últimos, do secretariado da AP).

3.1. O ideal cristão, a JUC e a JEC

A Igreja Católica no Brasil é um importante componente na história da AP. O capital industrial e a emergência da burguesia provocam uma importante crise no seio da igreja católica mundial, visto que a nova classe social não precisava da palavra divina para governar. Por ser uma "instituição" conservadora, o catolicismo se opõe à modernidade e ao capitalismo, bem como ao comunismo. Com esse cenário, é recrutado e fortalecido o laicato, que deveria agir dentro das Ações Católicas, para cooptar novos

fiéis, retomando, assim, sua importância social. No caso do Brasil, a Ação Católica, a fim de conquistar o meio estudantil, concebe a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC).

> Sugere-se aqui que a Juventude Universitária Católica em Sergipe, nos seus anos de existência, mais do que um movimento, é uma associação de universitários cristãos ainda muito fechada sobre si mesma. A sua preocupação fundamental é a "formação dos seus membros" ou "militares", o seu aprofundamento na fé, o seu afervoramento espiritual. Definida desde o início como um movimento de ação missionária ou de evangelização no meio universitário, não parece ter sido esta a sua tônica. Se caracterizou mais como uma ação catequética e litúrgica junto aos seus membros. A "formação na ação" ainda está longe de ser uma realidade. O apostolado ou ação missionária se restringe a uma atitude ou "vivência" pela qual os militantes "dêem o exemplo de uma estrutura cristã, viva e integral". (RAMOS, 2000, p.139).

Nesse interim, com a conjuntura mundial em efervescência: guerras mundiais (1914-1918) e (1939-1945), disputas ideológicas (capitalismo X comunismo), crise financeira (1929), entende-se que são necessárias ações concretas para transformar o mundo. Então, com o contato com ideias de Jacques Maritain no ano de 1948, a juventude cristã vai paulatinamente modificando seu posicionamento, agora mais voltada para o homem, e com as transformações necessárias a sociedade e a humanidade (SÁ, 2015). Em 1950, a JUC se consolida e o meio universitário entende cada vez mais que é necessário reformas basilares no Brasil, inclusive na própria universidade.

> Após o I Congresso da JUC da ACB, começa a se desenvolver no seio da militância laica uma "volta aos meios", ao povo e à promoção humana através de ações que elevariam o nível e a expectativa de vida dos menos abastados, ideologia baseada já nos escritos de Maritain e Mounier, amplamente difundidos na associação. Essa aproximação dos setores leigos da ACB com a sociedade se dava também devido ao momento político, social e econômico brasileiro, que exigia o protagonismo do meio estudantil. (SÁ, 2015, p. 45).

Já em Sergipe, de acordo com Vieira (2014), em 1951, se tem registro de atividade de setores leigos da igreja, com a distribuição de uma espécie de jornal com reflexões sobre a JUC nas faculdades, a finalidade da universidade, a atuação da ação católica no meio político e social, notícias nacionais e internacionais etc. Apesar disso, foi apenas, a partir de 1958, que ocorreu um maior comprometimento com as discussões nacionais

sobre as reformas de base, a criação de uma universidade no estado, os movimentos de educação e cultura popular.

Bosco expõe a importância do cristianismo e da universidade:

> Na época eu era de Ação Popular, oriundo de formação cristã, católica. Minha família toda foi de JEC, foi de JUC, minhas irmãs mais velhas foram de JEC, foram de JUC. Eu também fui por esse caminho de participar da vida estudantil, de participar da vida... enfim em se preocupar além de que era o modelo que a gente fazia crítica na época, do modelo do projeto pessoal, a universidade como instrumento de ascensão social de que era de classe média baixa, classe média na época. E a universidade foi o grande instrumento aqui no Brasil, fez filhos... na época fez ascensão de mobilidade social, foram elevados a um patamar pela formação. Meu pai era mestre de obra, formou uma filha assistente social, nas primeiras turmas de serviço social. Formou um filho médico na terceira turma de medicina e eu tentava na época o curso de Serviço Social. Era um mecanismo de mobilidade social intensa, que vivia naquele projeto. E muito além desse ponto de vista, mas o processo de abrir o mundo para o país que nós queríamos, muito marcado pela influência da Igreja Católica. A minha formação, é isso eu só vim fazer os acertos de contas do ponto de vista ideológico e teórico, no transcurso da minha militância (CÔRTES, 28 de janeiro de 2016).

Assim, se a década de 1950 significou a período de fortalecimento, a de 1960 resultou num período de radicalização no seio da Associação Católica Brasileira, tornando assim a geração de 60 revolucionária. Exemplar dessa modificação, é o documento "Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro", que traz~~,~~ além das ideias cristãs, termos marxistas. Essa aproximação não agrada o alto clero da igreja, sucedendo um intenso conflito entre os militantes e a igreja. Como resultado desta divergência e pela necessidade de uma agremiação de ação política, surge a Ação Popular (AP).

3.2. O Socialismo humanista, o Foquismo e o Maoísmo

Um importante documento na trajetória da AP foi o documento-base, aprovado em 1963, que expressa a linha política adotada pela organização até 1965. Apresentando-se como um organismo revolucionário, de caráter socialista, há a influência do cristianismo através de sua consciência história, em que a participação política do homem

se faz necessária para superar as relações de dominação. Por isso, defende a utilização do marxismo como um importante instrumento de análise teórica e prática revolucionária.

Por esse pluralismo, a AP vai ganhando cada vez mais importância, chegando até mesmo a participar do governo de João Goulart. Em decorrência do golpe civil-militar de 1964, a AP sofreu significativa perdas, com líderes e militantes perseguidos e presos, sendo forçados à clandestinidade e ao exílio.

Após os primeiros impactos provocados pelo golpe militar, a organização inicia seu processo de reorganização, quando ocorre a transferência da direção nacional da AP do Rio de Janeiro para São Paulo. Os exilados buscam efetuar contatos com outras organizações e ideológicas. Herbert de Sousa, Aldo Arantes e Jair Ferreira de Sá, que estavam no Uruguai, iniciaram, junto com militantes de outras organizações e o ex-governador gaúcho Leonel Brizola, o planejamento de uma resistência armada ao golpe. Já Paulo Wright e Alípio de Freitas, que estavam asilados na embaixada mexicana, conseguiram sair do Brasil e ir para Cuba, onde realizaram o treinamento de guerrilheiro. Esses contatos não geram frutos na prática, mas influenciaram as discussões sobre qual direção política que a AP iria seguir no pós-golpe.

Nessa conjuntura de reorganização, em uma reunião nacional extraordinária, foi aprovada uma nova direção nacional, formada por Herbert de Sousa, Aldo Arantes, Duarte Pereira, Paulo Wright e Sérgio Mota, e foi elaborado o documento de resolução política.

> A Resolução Política expressa a preocupação da organização em realizar uma revisão crítica geral da sua trajetória, o que implicava em descobrir os obstáculos ao desenvolvimento da organização e em diagnosticar as deficiências teóricas e práticas que deveriam ser superadas. (DUARTE, 2010, p. 48)

Ao realizar essa análise sobre a sua trajetória política, o documento efetua críticas aos dois documentos anteriores, ao estatuto ideológico e ao documento base. As principais desaprovações em relação ao DB era que necessitava de uma análise histórica mais aprofundada, para uma melhor compreensão do mundo subdesenvolvido, próprio da América Latina. O RP indicou a revolução brasileira como "socialista de libertação nacional", retificando as falhas que existiam do DB sobre planejamento e preparação. Projeta-se, agora, um caminho para o Estado Proletário sem a etapa do Estado Burguês. Consequentemente, a revolução do Brasil só poderia ser realizada através da guerra

política, através da luta armada. Projetava-se, desse modo, o confronto através da guerra da guerrilha foquista. Esta nova diretriz não foi aprovada por todos, gerando o afastamento de antigos militantes.

Então, a AP começa a organizar-se, criando uma comissão militar, que tinha o intuito de reconhecer regiões para o desenvolvimento da guerrilha. Como desdobramentos práticos, a AP realizou algumas ações no método foquista: a tentativa de sabotagem do processo eleitoral na Bahia, a expropriação de um banco no interior de Alagoas, e o atentado ao Aeroporto de Guararapes, em Recife.

Posteriormente, com o saldo negativo provocados pelos atos militares, a organização é palco de uma intensa disputa ideológica, que resultara na adesão ao maoísmo, em 1968. Esse processo durou cerca de dois anos de 1966 a 1968, influenciado pelas informações sobre a guerra do Vietnã, a luta pela libertação do povo africanos, a cultura do proletariado na China. Do ponto de vista teórico, a leitura dos textos de Louis Althusser contribuiu para o entendimento do trajeto a AP até o maoísmo. Como a teoria estruturalista propõe o anti-humanismo, opondo ciência e ideologia, o materialismo histórico althusseriano se enquadrou perfeitamente para a solução das falhas ideológicas, teorias e práticas.

> Althusser representou ainda para a Ação Popular uma "transição perfeita" do foquismo anterior de Debray, para a teoria marxista-leninista de Mao Tsé-Tung; apesar de pouco acessível aos "mais ignorantes", situação que a AP procurava contornar (SÁ, 2015, p. 159).

Os preceitos do maoísmo não foram aceitos com unanimidade, ocorrendo debates internos sobre qual ideologia seguir. A disputa desenrolou-se entre a "Corrente 1" ligada às ideias chinesas, contra a "Corrente 2", que defendia os ideais cubanos. O conflito resultou com a expulsão dos militantes ligados a "corrente 2".

Então, sob influência maoísta, a AP divulga o documento "Os seis pontos (1968)", que torna a integração na produção obrigatória para a militância. A Revolução deveria ser realizada por um Partido de Vanguarda do Proletariado, onde a guerra revolucionária deveria ser prolongada, cercando as cidades, a partir do campo, para tomá-las, conjuntamente, com as forças da cidade e as bases de apoio no campo.

Jacob Gorender (1987), ao examinar o maoísmo adotado pela AP, logo nos primeiros momentos, ressalta as consequências da transformação ideológica, que provocou uma nova perda de militares que optaram pela perspectiva socialista. Em segundo, a acentuada alteração na caracterização da sociedade brasileira e na concepção estratégica da revolução. A AP marxista julga existir a existência de resquícios de um suposto feudalismo no corpo social do Brasil. Como efeito, mudou a interpretação da insurreição, quando a revolução socialista deu lugar à teoria da revolução em duas etapas. Outro importante fruto dessa união entre a base cristã e o maoísmo foi a integração na produção, que começa em 1967, tornando-se obrigatória a todos os militares no ano seguinte. A integração na produção buscava extinguir o distanciamento entre atividade intelectual e atividade manual, rompendo com a propensão a elitização, por meio do nivelamento por baixo.

A AP oficializa a adesão ao marxismo em 1971, quando adotou o nome de Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), cujo programa mínimo era

> (...) a revolução nacional, democrática e popular, anti-imperialista e agrária. Sublinha-se que se tratava de uma revolução nacional-democrática de tipo novo. A tarefa política principal era a preparação imediata e ativa da guerra popular. Define-se, também, que o objetivo era construir um partido de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta. Considerava-se que, no Brasil, havia um partido marxista-leninista, o PC do B, e outras forças marxista-leninistas. (DIAS, 2021)

Entretanto, com o decreto do ato institucional 5 (AI-5), a ditadura militar institui o seu período mais duro, a censura e a tortura tornam-se mecanismos cotidianos para os agentes do regime. Com esse recrudescimento do governo autoritário, as esquerdas sofreram muitas quedas e a AP, ao realizar uma análise interna, entendeu que, com o nível de repressão adotado após o AI-5, a sua sobrevivência estava ameaçada. Por isso, em 17 de maio de 1973, o Bureau Político do Comitê, indica a unificação da AP-ML ao PC do B, sendo aceita pela maioria. A minoria continuou utilizando a sigla AP-ML, alterando-se somente em 1976, ao passo que durante a realização de seu II congresso. Depois, esses remanescentes se filiam ao recém-inaugurado Partido dos Trabalhadores (PT)

3.3. A Ação Popular em Sergipe

Apesar de importante organização na luta contra o regime ditatorial, a AP foi "esquecida" pelos estudiosos do período, com poucas obras a ela dedicadas. No âmbito nacional, o cenário é um pouco mais animador, apesar de ainda serem poucos livros, artigos, monografias, dissertação e teses que analisam a AP nacionalmente e outros em estados e cidades delimitadas.

Porém, ao buscar referências para a utilização neste trabalho, obras que examinassem a Ação Popular em Sergipe, percebi a imensa escassez bibliográfica. A bibliografia resume-se a um trecho na tese do Professor José Vieira da Cruz, DA AUTONOMIA Á RESISTÊNCIA DEMOCRATICA: MOVIMENTO ESTUDANTIL, ENSINO SUPERIOR E A SOCIEDADE EM SERGIPE, 1950-1985, e ao livro TUTELA MILITAR EM SERGIPE, do historiador Ibarê Dantas.

Portanto, o trabalho da Comissão Estadual da Verdade torna-se ainda mais importante, pois o acesso aos testemunhos e ao acervo documental poderá contribuir imensamente para ampliar o estudo do autoritarismo no Brasil e, especialmente, em Sergipe.

A AP, em Sergipe, tem a maioria de seus militantes oriunda dos setores leigos da Igreja Católica, que exerceu importante trabalho no meio social, principalmente através do Movimento de Educação de Base (MEB). A princípio, a JUC, no estado, se mantém ligada ao conservadorismo católico. No entanto, a partir de 1960, alguns de seus membros se envolveram nas discussões vigentes na época, e começaram a participar mais ativamente da vida política. Como consequência desta politização e de conflito com a igreja, alguns militantes rompem com a JUC e filiam-se na AP.

A Ação Popular teve uma considerável atuação no meio estudantil e na cultura popular. O meio estudantil sergipano foi predominante liderado pela JUC antes da década de 60, alterando-se a hegemonia para a AP no início dos anos 60. O golpe militar de 1964 afetou profundamente a organização. Segundo José Vieira da Cruz, restaram alguns jovens, atuando no movimento estudantil.

> Passados os impactos dos primeiros momentos da repressão, a reestruturação da AP no estado teve a contribuição do estudante de

> química Carlos Roriz, da estudante de serviço social Gilza Mota Gomes e do estudante de medicina José Rolemberg Côrtes Filho. Este último, antes de se deslocar para o Estado da Bahia - onde também desenvolveria uma ativa militância política -, convidou para ingressar na AP seu irmão João Bosco Rolemberg Côrtes e a estudante Ana Maria Santos, ambos estudantes do curso de serviço social. (CRUZ, 2000, p. 311).

A AP, após se reestruturar, continua atuando principalmente no meio estudantil, onde conseguiu reafirmar suas bases. No entanto, por se tratar de uma cidade pequena, onde "todo mundo conhece todo mundo", a atuação dos militantes se tornava bem visível, dificultando sua atuação. Mesmo assim os militantes continuavam atuantes, Bosco cita alguns membros da AP nesse ínterim de 64 a 68:

> Nós tínhamos um núcleo (...) mais dirigente, mais ativo: Moacir Soares da Mota, Otoniel Vieira, José Alves Nascimento, doutor José Alves Nascimento. Gilza Luiza da Mota Gomes professora, era também da Ação Popular. E... Genelise namorou um tempo com a AP ficou próximo ne, ficou polarizou um pouco com a gente (...). Zelita Corrêa.... Vários. Eu tô falando aqui os mais ligados na nossa atividade na faculdade e no movimento (CÔRTES, 28 de janeiro de 2016).

Contudo, o decreto do ato institucional nº 5 (AI-5), publicado no dia 13 de dezembro de 1968, fortalece a repressão, dando poderes de exceção para que os governantes pudessem punir aqueles que eles considerassem inimigos do regime. O AI-5, em Sergipe, impeliu os militantes da AP à clandestinidade, pois a propaganda anticomunista já tinha sido plantada e estava colhendo seus frutos. A imagem criada dos comunistas e ativistas de outras organizações, gerou um clima nocivo aos militantes e suas famílias, como foi expresso por Bosco em seu depoimento.

> primeiro essa marca né. Porque nós fomos... meu pai era mestre de obra, mamãe cuidava dos filhos, da família (...), mas sempre assim, com esse espírito de retidão com a igreja católica né. E o que foi que aconteceu com os filhos de mestre Zeca e dona peró? Isso ficou... na cidade porque o 28 foi lá, invadiu a casa, levou os livros né, levou tudo. Depois o mais novo disse que ia fazer um curso, não sei onde, desaparece. Nunca mais... apareceu na cidade, então a vizinhança era um clima de 60, das relações sociais entre vizinhos, de controle, de telefonemas anônimos né. Fazendo gozação, fazendo brincadeira... de cara feia as comadres. Que era um costume em Aracaju sentar-se na porta... pra conversar, depois do café, toda noite. Não tinha mais clima porque o clima era de fofoca, de intriga, de perseguição. Onde era que eu tava? Onde que Zé tava? O que foi que aconteceu? Porque nós éramos a família exemplar, né, dos católicos... dos coroinhas, no final... era dos coroinhas, dos papa hóstias ... de Dom Távora. E de repente isso ficou insuportável, não sei no trabalho. Porque minhas irmãs também não conversaram... porque

> elas são da área pública federal. Como e que foi... se sofreram né. Como e que foi o tipo de restrição ou cerceamento, não sei. Mas sei que ficou insuportável. Além da loucura da minha irmã, a que vem entre meu irmão e ela, que também tava insuportável. Em casa e nos internamentos, ninguém aguentava mais (CÔRTES, 28 de janeiro de 2016).

3.4. As memórias de Bosco Rolemberg Côrtes e Ana Rolemberg Côrtes

Bosco Rolemberg e Ana Cortês participaram ativamente das lutas sociais nas décadas de 60, 70 e 80. Ao realizarem seus testemunhos na CEV e relatarem suas histórias, colaboraram para a construção da verdade e memória, de forma contundente e comovente, ofertando novas fontes para o estudo no período e das organizações que atuaram na resistência à ditadura militar.

Ambos participaram dos setores leigos da Igreja Católica, em Aracaju, e ao perceberem que as batalhas por melhorias sociais perpassavam pela prática e pela política, retiraram-se da JUC e da JEC e ingressaram na AP. À época, existiam duas correntes antagônicas dentro do clero local. De um lado, Dom Luciano Duarte era ligado a uma perspectiva conservadora, tendo contato próximo com os agentes da ditadura, e, de outro, Dom Távora, que fazia parte da ala progressista, realizando inclusive um marcante trabalho com o Movimento de Educação de Base (MEB).

> Só que a JUC mais à esquerda que foi pra AP ela de certa forma como era a onda nacional do momento ela polarizou e levou a maioria, levou a maioria né. (...) Então foi a corrente majoritária que venceu do ponto de vista (...) [de] se engajar com a perspectiva do momento. Ser cristão (...) em 64, 68 era lutar [contra] a ditadura, pelo fim da ditadura e o reestabelecimento da democracia. Era a prova do amor ao povo, do compromisso, de sua fé. E esse componente que era muito mobilizador, muito mobilizador (CÔRTES, 28 de janeiro de 2016).

Diante dessa conjuntura, a AP tinha, no movimento estudantil, o espaço mais fértil para o desenvolvimento das suas análises e desenvolvimento interno e externo. É necessário destacar que, apesar de, no meio estudantil, a AP obter o predomínio, havia outros partidos e organizações de esquerda, como o PCB e a POLOP, na luta de resistência à ditadura. No entanto, a AP se diferenciou pelo seu pensamento revolucionário.

> E olhe que aqui nos enfrentávamos o chamado velho partidão, que já tinha uma formação marxista, divisão de luta de classe, mas nos comprávamos a luta ideológica, a partir de uma efetiva... de questões práticas do momento, a visão pacifista que nos criticávamos na época, a visão de reforma, a visão de negação da luta de classes, e pouco ousadia e combatividade no enfrentamento da repressão, segundo nossa visão na época (CÔRTES, 28 de janeiro de 2016).

3.4.1. A Universidade Federal de Sergipe

A UFS surgiu, em 1968, durante o período mais severo da ditadura militar, unificando as faculdades existentes no Estado, tornando-se um dos espaços fundamentais para as esquerdas desenvolverem suas atividades nas lutas sociais e de combate à ditadura. O casal de militantes se conheceu na faculdade de Serviço Social. Segundo Ana Cortes, a aproximação pessoal fortaleceu a consciência política e revolucionária. Membro ativo no meio estudantil, Bosco Rolemberg foi um dos integrantes da delegação sergipana que participou do congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP), pois o movimento estudantil era considerado uma ameaça ao regime militar. Desse modo, o comando militar buscou controlar os órgãos estudantis, com a lei nº 4.464/1964, que ficou conhecida como Lei Suplicy, que decretou a criação de uma nova entidade para representar os alunos em cada universidade em substituição a União Nacional dos Estudantes (UNE). Mesmo assim, esta entidade continua funcionando na ilegalidade e realiza, no dia 12 de outubro de 1968, o seu XXX Congresso de forma clandestina, no sítio Murundu, na cidade de Ibiúna (SP). O congresso era monitorado pelas forças policiais e resultou na prisão de mais de 700 estudantes, sendo destes 10 sergipanos.

> A delegação sergipana foi composta por 10 universitários: João Augusto Gama da Silva, Benedito de Figueiredo, Wellington Dantas Mangueira Marques, Antônio Vieira da Costa, José Alves do Nascimento, João Bosco Rolemberg Cortes, Janete Correia de Melo, José Jacob Dias Polito, Elze Maria dos Santos e Laura Maria Tourinho Ribeiro. (Relatório final da Comissão Estadual da Verdade, p. 154).

A prisão dos universitários gerou a abertura do processo crime nº 67/68. No entanto, a maioria dos estudantes processada foi declarada pela extinção da punibilidade, em 15/12/1972. Apesar disso, as detenções serviram como um extenso banco de dados para a repressão.

Relembrando aquele momento, Bosco Rolemberg relata que:

> A delegação de Sergipe também presente, unida, resistindo, cantando, a solidariedade de que ficou para garantir e viabilizar o custeio da nossa viagem, a nossa sobrevivência, a solidariedade aqui na preocupação das famílias. Isso desencadeou aqui o foco, eles começaram a perceber a diversidade o leque político dessas organizações, as diferentes matrizes e a Sexta Região Militar. Isso gerou um processo que foi julgado depois na Sexta Região Militar em Salvador, essa nossa participação no movimento estudantil. E eles exigiam que os estudantes universitários, tem uma lista dos estudantes universitários aqui em Sergipe, que deveriam ser ... ter sua atividade ... serem suspenso dos seus direitos de exercício democrático na universidade federal de Sergipe (CÔRTES, 28 de janeiro de 2016).

A UFS também foi utilizada pelos agentes da ditadura como ferramenta de perseguições políticas. Foram muitos os estudantes que sofreram algum tipo de punição pelo seu engajamento na vida política e no movimento estudantil. Bosco Rolemberg teve a sua continuação no curso de Serviço Social suspensa, a mando da repressão. Já Ana Côrtes, após a realização e conclusão do curso de Serviço Social em 1968, não conseguiu receber o diploma, por ingerência do 28 BC.

3.4.2. A Integração na Produção

Ao aderir ao maoísmo como ideologia política, a organização determina aos seus militantes a realização do processo de proletarização, quando os militantes foram encaminhados aos centros operários ou a zona rural. Ana e Bosco realizaram o processo de proletarização nesses dois ambientes, evidenciando assim a intensidade e importância de suas participações no combate à ditadura. Eles estiveram nos polos mais importantes da época: o ABC Paulista e a zona da mata de Pernambuco.

> A AP na época vivia um processo que nos chamávamos de proletarização, uma abordagem particular, incorreta hoje na minha opinião, ... que precisava radicalizar a resposta a ditadura, radicalizando também as formas de enfrentamento e fazendo exigências do ponto de vista da militância pessoal. Então a palavra de ordem na AP naquela época era abandonar a atividade política na classe média, por falta exatamente das liberdades... de exercício da atividade política e o deslocamento para a produção, como uma forma de você, como dizia lutar, viver, trabalhar e resistir junto com o povo, sendo operário ou sendo camponês. E foi um processo assim de luta intensa, de apuração interna muito grande na AP. Nós de origem de classe média... média baixa, topamos essa perspectiva e fomos deslocados, eu e minha esposa Ana Cortes para trabalhar no ABC em São Paulo (CÔRTES, 28 de janeiro de 2016).

Em São Paulo, no ABC, realizaram vários trabalhos, pois o sustento não era custeado pela AP, sob o comando de Herbert José de Souza, o Betinho. Segundo Bosco Rolemberg, em seu depoimento a CEV: “O casal e Betinho no meio, escondido para a gente, fugindo da repressão, no Jardim Maristela, em São Paulo”.

Essa convivência resultou em um indiciamento a Bosco, num processo aberto contra Herbert José de Souza, no ano de 1972. Apesar de denunciado, Bosco não foi preso e Betinho conseguiu fugir. Nesta época, a repressão em São Paulo se intensificou, com a Operação Bandeirante (OBAN), sob o comando de Sergio Paranhos Fleury. O DOI-CODI era utilizado para bárbaras torturas, desaparecimentos e assassinatos. Por influência desse panorama, o casal foi transferido para Pernambuco, onde atuaram na zona da mata, local do movimento das Ligas Camponesas.

> Fiquei aí um tempo e passado esse período foi quando nós mudamos pra Pernambuco. Pernambuco foi uma experiência extraordinária, morar e viver junto, em bairros onde morava os trabalhadores, os cortadores de cana. Gente era o índice de pobreza maior do país na época. Foi uma riqueza para a gente ver né, viver, conviver com aquela população, a casa de chão batido, a nossa, tudo simples. Como eu nasci no interior não tinha dificuldade, fogão a lenha eu sabia acender, fogão a carvão eu sabia acender. Então eu sabia tudo da vida mais simples né, então passamos a viver ali né, estávamos com um problema muito grande... Eu trabalhando com as mulheres na parte de saúde, na parte né... das crianças. Bosco engajado né, com o trabalho mais direto com os cortadores de cana e a gente tava quase sem ter dinheiro para comer alguma coisa. Aí resolve entrar lá no hospital como auxiliar de enfermagem, aprende a dar injeção, trabalhei no pronto Socorro do hospital. Hospital... era maternidade Santa Rosa e só não assisti parto porque sai, porque eu vi que eu tava... eles tavam querendo saber muito da minha vida, o próprio hospital, mas foi uma experiência rica e eu ganhava um dinheirinho para a gente comprar comida né, porque não é fácil fome (CÔRTES, 19 de maio de 2016).

Ficaram na região por dois anos, até que perceberam que estavam sendo vigiados. Então, se mudaram, em 1974, para Garanhuns-PE, onde moraram aproximadamente duas semanas. Ao ir para uma tarefa em Caruaru, Bosco foi apanhado pela repressão. Iniciando assim o período mais difícil e doloroso de sua militância, a tutela ilegal do estado. Ana foi presa no dia seguinte, pois não cumpriu a recomendação da AP, para o caso de capturado de um companheiro.

> E aí Bosco foi fazer uma tarefa fora da cidade e não voltou. A gente tinha preparo interno do partido que quando o companheiro não voltasse no prazo certo, a gente tinha que sair de casa mesmo que não desse tempo de levar livros, documentos, pertences pessoais, com a

> roupa do corpo, mas eu fiquei ainda um pouquinho mais, os livros eu botei tudo encima da cama e quando tava pronta pra sair no dia seguinte de manhã, minha casa foi invadida por quatro ou cinco, quatro eu tenho lembrança, não sei se 4 ou 5 homens à paisana com metralhadoras, entraram por de trás e entraram pela frente e me mobilizaram numa cadeira da primeira sala (CÔRTES, 19 de maio de 2016).

3.4.3. O Sequestro, a prisão e as torturas

Bosco e Ana foram levados para o DOPS de Recife, sendo submetidos a vários tipos de torturas físicas e psicológicas. O sequestro durou de 6 de junho a 1 de agosto de 1974.

Bosco Rolemberg relata que, ao chegar no DOI-CODI, já foi iniciada uma sessão de tortura, visando que ele delatasse os seus companheiros.

> E acho que cheguei era boca da noite, eu não sei. Aí foi né, para uma sala, com.…bem refrigerada. Me colocaram numa argola, que você fica suspenso [por] algemas. As algemas cravam aqui (sinaliza os punhos), até hoje ainda tenho marca. As algemas cravam, corta seus punhos, quando você não consegue se firmar nos pés né. E aí foram dias de que? Choque elétrico com uma pinça na orelha ou na língua. Outra pinça no pênis, ou aqui nas nádegas. Choque elétrico e espancamento generalizado, murro, pontapé, um pedaço de pau nos testículos. Uma voz, num dia. Uma voz. Devia ser o cara que tava comandando superiormente, dizia porrada não! Choque! (CÔRTES, 28 de janeiro de 2016).

Ana Côrtes recebeu o mesmo tratamento ao chegar no DOPS, a sessão de tortura foi a mesma, já que ambos não entregaram nenhum companheiro ou informação aos agentes. E nesse momento Ana conseguiu enxergar Bosco, pois até aquele momento ela não sabia se ele estava vivo, visto que o desaparecimento e assassinato eram práticas comuns da repressão. Foram então levados para a Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo. No avião, Ana Côrtes conta que, durante a viagem, foi submetida a outras sevicias:

> Botaram num avião, botaram a gente num avião, um avião mesmo deles e a gente sabia que teve pessoas militantes dos diversos grupos de esquerda que eles jogaram no mar, isso a gente tinha certeza. Bom a gente tava preparado para a morte, aí levaram a gente. Os torturadores foram porque como me arranjaram uma roupa que não coube direito em mim, eu ficava apesar de estar com o óculos preto no rosto, aqueles óculos que cegou o nosso companheiro aqui Milton Coelho... eles pegavam uma espécie de pena e ficava passando no início da minha coxa aqui e nas pernas. Frio, o avião frio eu fiquei gelada... e esse avião não chegava nunca e quando chegou foi no Rio de Janeiro para

> interrogatório porque a gente não atuou no Rio de Janeiro. Para interrogatório, para fazer ficha, para fazer retrato e botaram a gente num quarto tão claro, numa luminosidade tão forte que a gente não sabia o que era dia, o que era noite, não conseguia dormir, foram dois dias ou três não me lembro bem. Então botaram a gente em outro avião ou foi no mesmo e levaram a gente pra São Paulo (CÔRTES, 19 de maio de 2016).

Ao chegar em São Paulo foi mostrado um álbum com fotografias de militantes para que ela reconhecesse, como ela não reconheceu ninguém, eles tentaram uma nova estratégia. Encapuzada levaram a vários bairros da cidade para que ela identificasse a localização dos militantes do partido. Essa nova tentativa também não surtiu efeito. Em seguida, Ana Côrtes foi submetida a uma nova sessão de torturas, agora ainda mais cruel e desumana, pois teve o acréscimo da violência de gênero e sexual, mesmo que não haja relato de estupro.

> E aí o torturador mais rústico e o outro bem arrumado assim do lado, pode tirar a roupa porque seu depoimento... isso em São Paulo, vai ser nua. Naquela época a gente não ficava nua nem na frente de irmã quando a gente era pequena, quando a gente era garota, adolescente cada uma se trocava... era muito recatado né, a educação da gente naquela época era muito recatada... eu afirmei que não tirava, que... se não tirar que vai tirar sou eu, somos nós eram os dois. Aí eu resolvi tirar, porque eu não queria mão de torturador no meu corpo, tirei. O que tava arrumadinho aqui de lado o torturador, ele... pelo meu seio e minha barriga que já tava um pouquinho volumosa, se bem que eu fui sempre barriguda, mais um pouquinho mais volumosa, principalmente pelos meus seios ele descobriu que eu tava grávida. Eu fiz que não entendia e assim eles fizeram o interrogatório, eu completamente nua. (CÔRTES, 19 de maio de 2016).

Depois, retornaram para a Polícia Federal, em Recife, quando há a legalização da prisão, tendo o primeiro contato com Mércia Albuquerque, a advogada que daria início a defesa de ambos. A legalização só ocorreu porque Bosco Rolemberg e Ana Côrtes entraram na lista de desaparecidos políticos, fato esse que obrigou a repressão a informar o paradeiro dos dois.

Em decorrência das torturas físicas e psicológicas a que foi submetida, Ana sofre com o início de aborto aos 2 meses de gestação, quando a advogada, com muito esforço, consegue a sua internação no hospital Beneficência Portuguesa. Segundo o seu testemunho, lá recebeu excelente atendimento e visita de familiares. Depois ela não voltou mais para a cadeia, por ter conseguido a liberdade provisória, ficando hospedada

na casa de sua advogada, até o retorno a Aracaju. No regresso à Aracaju teve muito medo de ser sequestrada novamente, por isso a família foi buscá-la no aeroporto.

Bosco Rolemberg continuou preso na sede da Polícia Federal, onde continuou sendo torturado, posteriormente houve uma troca de advogados, Paulo Henrique Maciel assumiu a sua defesa, estabelecendo mais uma batalha jurídica, pois a auditoria não queria transferi-lo para Itamaracá.

Sobre Itamaracá, ele relata que

> sabia que estava lá, Luciano, eu sabia que tava lá Lanir. Tinha vida coletiva, que sustenta né. Então era a minha maior aspiração... Ir para Itamaracá. Para ter a vida coletiva, ficar com meus companheiros né. Mais a auditoria negou o tempo todo, foi uma luta. Eu fui...Eu entrei no DOPS primeiro de agosto e só fui para Itamaracá, início de janeiro, não sei a data específica. Nos documentos tem aí. Eu tô deixando com a comissão. Aí foi um alívio(...), porque eu tive o aconchego e a solidariedade. Encontrar Lanir, arrebentado de tortura né, encontrar Luciano, que era do PC do B na época. E outros companheiros, que ainda hoje são grandes amigos, irmãos em Recife. Do PCBR, da ALN, (...) um leque, uma...uma, um coquetel de concepções políticas e ideológica. Mas assim firme na resistência, (...) pela melhoria das condições carcerária. E aí foram anos terríveis também (CÔRTES, 28 de janeiro de 2016).

Mesmo detido na penitenciária Barreto Campelo, ainda aconteciam vários tipos de violências e crimes. Bosco denuncia a utilização de presos já condenados como cobaias em aulas de tortura, bem como a censura a qual os presos eram submetidos, pois somente o caderno de esportes chegava até os detentos, já as notícias envolvendo política, economia etc. eram retiradas. O isolamento de presos, já condenados, era uma forma de enfraquecer a vida coletiva. A humilhação a que eram submetidos os visitantes, durante a revista intima.

Ali Bosco encontrou na arte uma forma de resistir, com a fabricação artesanal de peças de couro e a xilogravura como um meio de se expressar e resistir. Apesar disso, a repressão usou esses desenhos como pretextos para mais uma violação, usaram o argumento que Bosco estava insulando o povo contra o regime, e então lhe negaram a liberdade condicional.

> A luta em Itamaracá para manter a nossa dignidade de ser humano, para manter nossa dignidade como ativistas políticos, como seres políticos. Nos levou a recorrer nesses 4 anos há 79 dias de greve de fome, em 4 greves. E o objetivo maior sempre foi a quebra do isolamento de Carlos Alberto Soares e Rolinison Cavalcante os que eram condenados à prisão

> perpétua e viviam separados da gente. Fizemos a primeira greve para que fosse quebrado o isolamento deles e foi vitoriosa. Eles passaram então a conviver no mesmo pavilhão, com a gente.
> Uma segunda greve que foi também pela quebra de isolamento de outros 2 que eles tinham retirados, Luciano de Almeida e Marcelo Mário. Para que eles voltassem a conviver junto com nós no pavilhão. E as outras greves, as outras 2 já foram também em função da luta pela anistia. As greves nacionais pela anistia que nós em Itamaracá também realizamos. Então veja, foi um recurso extremo que nós fomos obrigados a usar, a lançar mão. Para garantir a dignidade de seres humanos, o respeito na condição de presos políticos (CÔRTES, 28 de janeiro de 2016).

A anistia foi um movimento que contou com a participação ativa do casal. Bosco através das greves de fome e Ana exerceu um relevante envolvimento, como uma forma de continuar a sua militância interrompida, visto que a luta não era somente pela libertação de seu esposo, mas, também pela motivação coletiva, que era a derrubada do regime ditatorial (OLIVEIRA, 2020).

Bosco Rolemberg conseguiu a liberdade no dia 20 de março de 1979, através de um habeas corpus requerido no STM pela advogada Ronilda Noblat. Ficou detido por quatro anos e nove meses, sendo que um ano e nove meses não tinham base legal, sendo assim mais uma violação de direitos cometidos contra o militante.

O casal resolve morar em Aracaju numa casa que o pai de Ana tinha lhe dado. Apesar ter sido convidado para ser dirigente do PC do B em Sergipe, Bosco resolveu dar uma pausa na sua militância política, visto que ele “Não tava com essa forca naquele momento”, pois a “a prisão me deixou arrebentado no ponto de vista da minha energia e da minha disposição de dar resposta” (ROLEMBERG, 28 de janeiro de 2016). Então o casal resolve focar na criação dos dois filhos, para que Bosco tivesse a oportunidade de ser um pai presente.

Conclusão

Como visto durante a análise, a justiça de Transição no Brasil foi feita de maneira incompleta, e somente com a criação das Comissões da Verdade os eixos da Verdade e Memoria começar a ser efetivados. No entanto desde o momento de seu projeto a comissão gerou disputas, de um lado os que lutaram por décadas pela criação da comissão, que acreditam que e necessário enfrentar o passado, e passar a limpo esse período nefasto e violento da história do país. Para que com isso seja possível a sociedade se reconciliar com seu passado autoritário, impedindo que a impunidade, as violações de direitos humanos e as práticas violentas e repressivas persistam no presente. Do outro estavam aqueles que eram contrários a comissão, uma ala conservadora da sociedade, e os militares, que usam do argumento do suposto pacto social, firmado com a promulgação da lei da anistia. Portanto mesmo com a vitória conquista com a fundação da comissão, e preciso ter a consciência que a camada social que apoiou o golpe de 64, e possibilitou a manutenção da ditadura por 21 anos, ainda tem muito poder e influência na sociedade Brasileira. Por isso essa dificuldade no processo de transição Brasileiro.

Apesar disso e incontestável a importância das comissões, através de seus trabalhos e possível permitir às novas gerações o acesso a informações e à verdade histórica anteriormente negadas para que construam um presente e um futuro com práticas democráticas que nunca mais conheçam ações da natureza daquelas vividas nesse passado tão recente. Se durante o período de transição democrática a memória foi concebida e utilizada com sinônimo de esquecimento, com as Comissões a memória é usada como um material que busca a efetividade do direito à memória e à verdade, para fortalecer as instituições com valores democráticos e garantir a não repetição das atrocidades e ajuda a compreender o modo como a sociedade e o Estado lidam com seu passado de graves violações de direitos humanos.

Os depoimentos realizados as Comissões são de extrema importância para a pesquisa do período de graves violações dos direitos humanos. Todavia as atividades das comissões enfrentaram muitos problemas, fruto do pacto de esquecimento realizado com a promulgação da Lei da Anistia. Em Sergipe a resistência teve como principais órgãos a Igreja Católica e o Movimento Estudantil, no entanto devido ao “ambiente interiorano” do estado, especialmente de Aracaju, a repressão conseguiu suprir a resistência, obrigando aos militantes a clandestinidade. Sendo esse o caso da AP em Sergipe, e como

e possível ver durante a análise da trajetória de Ana Cortês Rolemberg e Bosco Rolemberg.

Ana Cortês Rolemberg e Bosco Rolemberg dedicaram toda sua juventude em busca da derruba da ditadura, lutando por reformas de base e melhorias sócias. Participaram ativamente de todos os ciclos da AP no estado e fora dele, aturam na JUC e JEC, no movimento estudantil, foram obrigados a clandestinidade. Participaram da integração na produção, foram sequestrados e torturados, sofrendo graves violações de seus direitos, e pôr fim a Anistia. A importância desses militantes está explícita pela trajetória de sua vida, e atuação política. É primordial que a criação, trabalho e acervo da CEV/SE estimulem novos trabalhos sobre a ditadura em Sergipe, que os militantes tenham seus papéis reconhecidos na história do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, P; TORELLY, M, D; Macdowell, C. Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

ARQUIVO NACIONAL. Centro de Referência Memórias Reveladas. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home> Acesso em: 01 de outubro de 2021.

CANABARRO, I. Caminhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV): memórias em construção. **Sequência (Florianópolis)**, n. 69, p. 215-234, dez. 2014.

CARVALHO, C, P; GUIMARÃES, J, O, N; GUERRA, M, P. **Justiça de transição na América Latina: panorama 2015**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE "PAULO BARBOSA DE ARAÚJO" SERGIPE: Relatório Final / Andréa Depieri de Albuquerque Reginato e Gilson Sérgio Matos Reis (organizadores). – Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - Edise, 2020.

CÔRTES, Ana Maria Santos Rolemberg. **Testemunho na Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo"**. Aracaju: Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo", 19 de maio de 2016. . Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i2qNFuvEc5A> Acesso em: 08/05/2021.

CÔRTES, Joana Santos Rolemberg. **DOSSIÊ ITAMARACÁ: Cotidiano e resistência dos presos políticos da penitenciaria Barreto Campelo na ilha de Itamaracá- PE (1973-1979)**. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), 2012.

CÔRTES, João Bosco Rolemberg. **Testemunho na Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo"**. Aracaju: Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo", 28 de janeiro de 2016. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=EwV9mwpIVZM> Acesso em : 15/04/2021.

CRUZ, J, V. A SOCIEDADE E O MOVIMENTO EM DEFESA DE UMA UNIVERSIDADE EM SERGIPE, 1958-1961. **Anais do VIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade".** em Disponível < https://anais.educonse.com.br/2014/a_sociedade_e_o_movimento_em_defesa_de_uma_universidade_em_sergip.pdf>

CRUZ, José Vieira. **DA AUTONOMIA Á RESISTÊNCIA DEMOCRATICA: MOVIMENTO ESTUDANTIL, ENSINO SUPERIOR E A SOCIEDADE EM SERGIPE, 1950-1985**. 2012. 512 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2012.

DIAS, Reginaldo Benedito. **A história da Ação Popular**. 2021. Disponovel em :< https://aterraeredonda.com.br/a-historia-da-acao-popular/> Acesso em : 07/09/2021.

FERNANDES, P. Ditadura Militar na América Latina e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: (in)justiça de transição no Brasil e Argentina. **XIV Encuentro de Latino americanistas Españoles. Congreso Internacional 1810-2010: 200 años de Iberoamérica**. Santiago de Compostela. 2010. Disponível em: halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00531273

GALLO, C.A. Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. **Estud. sociol. Araraquara.** v.20 n.39 p.327-345 jul. Dez. 2015.

GASPAROTTO, A.; VECHIA, R.D; SILVEIRA, M.B.A. A CRIAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A LUTA POR VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA NO BRASIL. **Espaço Plural • Ano XIII** • Nº 27 • 2º Semestre 2012 • p. 84-95 • ISSN 1518-4196

GAVIÃO, Fábio Pires. **A "ESQUERDA CATÓLICA" E A AÇÃO POPULAR (AP) NA LUTA PELAS REFORMAS SOCIAIS (1960-1965)**. 2007. 189 p. Dissertação (Mestrado em Política) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas., Campinas - SP, 2007.

GONZÀLEZ, E. Observações sobre o Mandato Legal da Comissão Nacional da Verdade do Brasil. **ICTJ New York.** 2012.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática S.A, 1987.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Jackson participa de homenagem da AL a Marcélio Bomfim,** 2013. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/governo/jackson-participa-de-homenagem-da-al-a-marcelio-bomfim>. Acesso em: 20/11/2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004;

HOLLANDA, C. B; BATISTA, V. O; BOITEUX, L. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA E NA ÁFRICA DO SUL. **Revista OABRJ,** v.25, n. 02, p.55 - 75, 2010.

HUMAN RIGHTS WATCH (dezembro de 1992). Bolívia: o julgamento de responsabilidades. **News From Americas Watch**. September 10, 1993, Vol. 5, No. 6.

HUYSSEN, A. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LÖWY, M. A filosofia da história de Walter Benjamin. **ESTUDOS AVANÇADOS** 16 (45), 2002

MOREL, M, A. Vítimas e combatentes na Comissão Nacional da Verdade (CNV): discurso, memória, silêncio e resistência Marco Aurelio Morel; orientador(a), Carmen Teresinha Baumgartner, 2018.

NUNES, Cláudio. Enfim, governo do Estado "libera" relatório final Comissão da Verdade SE. Sergipe, 19 maio 2020. Disponível em: https://infonet.com.br/blogs/enfimgoverno-do-estadoliberarelatorio-final-comissao-da-verdade-se/. Acesso em: 1 nov. 2021.

OLIVEIRA, M, A. **EM BUSCA DA LIBERDADE: MEMÓRIA DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA EM SERGIPE (1975-1979)**. 2020. 171 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

PAULA, C, R; VIEIRA, F, C. A Comissão da Verdade no Brasil: a luta pela memória em uma democracia fragilizada. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 2020.

PINTO, S, R. DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE: COMISSÕES DE VERDADE NA AMÉRICA LATINA. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 128-143, jan.-jun. 2010.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAMOS, A, C. **Movimento Estudantil: A JUC em Sergipe (1958-1964)**. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado em Educação) / Universidade Federal de Sergipe, 2000.

RELATÓRIO da Comissão da Verdade está quase pronto. [*S. l.*], 20 nov. 2021. Disponível em: https://www.destaquenoticias.com.br/relatorio-da-comissao-da-verdade-esta-quase-pronto-2/. Acesso em: 10 out. 2021.

SÁ, Karolina Kneip. **Ação Popular do Brasil: Da JUC ao Racha de 1968**. 2015. 244 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2015.

SANTOS, C; SOARES, R. AS FUNÇÕES DO DIREITO À VERDADE E À MEMÓRIA. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**. n. 1 9.jan - jun. 2012.

SEIXAS, I, A; SOUZA, S, A. **Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil.** *Estud. sociol.* Araraquara v.20 n.39 p.347-364 jul.-dez. 2015

SOUZA, L, O. HISTÓRIA E REMINISCÊNCIA: O CHILE NAS TRAMAS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO. Brasília. **XXIX simpósio nacional de história**. 2017.

WEICHERT, M. A. O RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: CONQUISTAS E DESAFIOS. Projeto História, São Paulo, n. 50, pp. 86-137. Ago., 2014.